



ATOS DO CONSELHO SUPERIOR

DA SOCIEDADE SALESIANA

SUMÁRIO

- I. **Carta do Reitor-Mor sobre o Centenário da Regra Salesiana**
DOM BOSCO NOS FALA NAS CONSTITUIÇÕES (pág. 3)
 Seja uma celebração frutuosa — 1. A aprovação foi para Dom Bosco a chancela de Deus — Fidelidade à Regra é fidelidade à missão — As Constituições nasceram da vida vivida — 1874: a aprovação definitiva — 2. Cem anos de fidelidade Dinâmica — o texto continuou a desenvolver-se — O Concílio pediu: revisão radical — A preparação foi ampla e séria — Um texto menos jurídico e mais espiritual — 3. A regra no pensamento de Dom Bosco — Para que a Congregação possa durar — A Regra expressão do plano de Deus — A observância guiada pela caridade — 4. A prática da regra hoje — Uma reação emotiva — A Regra defende a pessoa e a comunidade — A Regra favorece a comunhão salesiana — A fidelidade à Regra é problema de fé — Uma mensagem por transmitir às jovens gerações.
- II. **Disposições e Normas** (pág. 39)
 Disposições relativas ao art. 196 das Constituições.
- III. **Comunicações** (pág. 41)
 1. As Missões pedem pessoal — 2. Ruma ao Encontro Mundial dos Salesianos Coadjuutores — 3. Nomeações — 4. O Curso para os Mestres de Noviciado — 5. Os Cursos de Formação Permanente — 6. Conferência sobre a Pastoral Juvenil entre os emigrados — 7. O Encontro Europeu sobre o Sistema Preventivo. — 8. Consulta sobre "a escola e a missão salesiana" — 9. Dias de Orientação Vocacional.
- IV. **Atividades do Conselho Superior** (pág. 56)
 - V. **Documentos** (pág. 60)
 1. Sobre o novo Necrológio Salesiano — 2. Mensagem sobre o Centenário das Constituições.
 - VI. **Dos Noticiários Inspetoriais** (pág. 63)
 1. A Escola dos Pais — 2. "Exercícios" de forte empenho — 3. Porque o Aspirantado de Nong Hin — 4. Para os rapazes, missa livre e alegre? — 5. Notícias em breve.
- VII. **Magistério Pontifício** (pág. 69)
 1. Mais união, para uma ação mais eficaz — 2. Aprendamos a falar com o Senhor — 3. Como viver a fé na sociedade dos consumos — 4. Uma nova mentalidade depois da hora do bem-estar — 5. O esporte, escola de virtudes humanas.
- VIII. **Necrológio.** — Primeiro elenco para 1974 (pág. 81)

1930-1931

I. CARTA DO REITOR-MOR
SOBRE O CENTENÁRIO DA REGRA SALESIANA

DOM BOSCO NOS FALA NAS CONSTITUIÇÕES

Roma, abril de 1974.

Irmãos e filhos caríssimos,

No dia 3 de abril deste ano, como já recordei recentemente, ocorre o CENTENÁRIO DA APROVAÇÃO DAS NOSSAS CONSTITUIÇÕES por parte da Igreja.

Todos compreendeis a importância e a significação deste acontecimento. Não é à-toa que também na sociedade civil, as Nações recordam todos os anos e põem em relevo o dia da promulgação da própria Constituição.

Para nós Salesianos (e não só para nós) a ocorrência centenária das Constituições representa um acontecimento histórico, cuja incidência na vida, no devir e na realização da vocação Salesiana na Igreja, aparecer evidente com um simples olhar retrospectivo e panorâmico sobre tudo o que se veio desenvolvendo progressivamente na nossa família no decorrer destes cem anos.

Tudo faz pensar que, graças a Deus, o acontecimento do longínquo 1874 continuará a projetar-se dinamicamente fecundo também no futuro, superando as inevitáveis dificuldades que acompanham, na história, a vida dos homens e das sociedades humanas e eclesiais.

Devemos, porém, admitir que isso não acontecerá automaticamente, como se fosse uma lei física: muito pelo con-

trário! O desenvolvimento fecundo da vocação salesiana, que teve naquele dia o selo da autenticidade, está subordinado à ação do homem. Para falar mais claramente, dizemos que está subordinado à ação dos Salesianos que são chamados, nas gerações sucessivas, a recolher a preciosa herança paterna. A história eclesiástica confirma abundantemente esta afirmação.

Seja uma celebração frutuosa

Nessa perspectiva, uma evocação do Centenário das Constituições não pode, a meu ver, reduzir-se a uma simples e talvez sentimental recordação, ou a uma complacência num passado certamente rico e glorioso. Pelo contrário, essa evocação deve tornar-se para nós estímulo a continuarmos e desenvolvermos, para o dia de hoje e o de amanhã, todos os valores espirituais e apostólicos contidos no nosso “código de vida”. Mais concretamente, a evocação do centenário deve levar todos os Salesianos da “década dos setenta” a vivermos hoje, com convicção motivada e entusiasmo generoso, os valores que Dom Bosco nos ofereceu nas Constituições, que nós abraçamos — com alegre liberdade e plena consciência — como roteiro seguro e discreto no caminho marcado pela nossa vocação.

Exatamente nesta linha e com estas preocupações, ao convidar Inspetores e Diretores a promoverem oportunas iniciativas culturais, espirituais e litúrgicas que valorizem e tornem frutuosa, durante o ano, a celebração do centenário, quero neste documento apresentar, a mim e a vós, algumas reflexões. Elas respondem a uma exigência do coração para os que se lembram das nossas origens, ricas de dons verdadeiramente extraordinários e de ensinamentos dignos de meditação. Querem ainda estas reflexões apresentar argumentos e motivos que tornem a nossa adesão às Constituições não somente convicta, mas cheia de amor e entusiasmo.

Parece-me que será exatamente este novo despertar de estima fiel, sincera e operosa para com Dom Bosco que nos fala nas Constituições, o que há de dar a cada Salesiano e a todas as comunidades, nestes tempos difíceis, o entusiasmo, a generosidade e a “alegria da vocação” que caracterizavam os primeiros Salesianos da Congregação nascente.

1. A APROVAÇÃO FOI, PARA DOM BOSCO, O SELO DE DEUS

Dom Bosco, apresentando aos irmãos, em circular de 15 de agosto de 1875, o texto das Constituições definitivamente aprovadas pela Santa Sé a 3 de abril de 1874, assim se exprimia: “Devemos saudar este acontecimento como dos mais gloriosos para a nossa Sociedade, pois nos afiança que, observando as nossas Regras, nos apoiamos em bases estáveis e seguras” (1).

Para Dom Bosco, a dupla definitiva das Congregações por ele fundada (19 de fevereiro de 1869) e do texto das Constituições (3 de abril de 1874), não era somente um ato formal com que a Igreja reconhecia a sua obra: era a chancela, por meio da qual, Deus, através da hierarquia entendida como “instrumento indispensável, instituído e querido por Cristo como veículo incumbido de traduzir, em linguagem de experiência, a mensagem do Verbo” (2), autenticava a voz misteriosa que ele ouvira, menino, no sonho dos nove anos, e que, depois, o levava, por estradas admiráveis, de maneira sempre mais precisa, a tornar-se fundador de uma obra consagrada ao bem dos jovens.

Para ele a voz divina que se expressara “em dois diversos modos, maravilhosos e convergentes” (3), era a mais sólida garantia de que sua obra, empreendida por entre indizíveis dificuldades, era verdadeiramente querida por Deus. Seguindo o caminho, que a Providência havia tão prodigiosamente traçado, ele e seus filhos teriam podido ver realizar-se progressivamente aquele maravilhoso futuro cujos horizontes, cada vez mais vastos a voz misteriosa ia indicando aos poucos. Daí a insistência de Dom Bosco, e de seus sucessores, na fidelidade.

Fidelidade à Regra e fidelidade à missão

Todo o desenvolvimento posterior da obra salesiana está a demonstrar que as previsões de Dom Bosco não eram

(1) *Constituições*, Apêndice pág. 229.

(2) *Discurso de PAULO VI* de 5/5/1965.

(3) *Ibid.*

ilusões ingênuas. Cinquenta anos após a referida aprovação, o Pe. Rinaldi, numa carta dirigida a todos os irmãos para celebrar o jubileu de ouro das nossas Constituições, podia exclamar: “Estas Constituições, em cinquenta anos, salvaram centenas de milhares de jovens...; já santificaram inúmeros irmãos: basta recordar o Pe. Rua, o Pe. Beltrami, o Pe. Czartoryski, Domingos Sávio...; e juntamente com estes, quantos outros nos deixaram exemplos de luminosa santidade, que nós recordamos com suma veneração: o P. Bonetti, o P. Belmonte, o P. Sala, o P. Durando, o P. Lazzero, o P. Rocca, o P. Bertello, o P. Lemoyne, o P. Cerruti, o P. Bretto, Dom Fagnano, Dom Costamagna, Dom Marengo e, em primeiro lugar, o meu inesquecível predecessor: o P. Álbera”⁽⁴⁾.

A cem anos de distância, alguns destes nomes já entraram ou estão para entrar na história da Igreja com a auréola dos santos; dos outros, talvez, a lembrança se tenha diluído nas nossas gerações, mas a sua lista poderia facilmente ser atualizada com uma série longuíssima de outros nomes, cuja memória é mais viva e recente. De todos, porém, conhecidos ou desconhecidos, permanece aquela “imensa floração de obras e atividades, devidas a seu zelo e a seus sacrifícios”⁽⁵⁾, que fazem da Congregação Salesiana “um dos fatos mais notáveis, mais benéficos e mais promissores do catolicismo no século passado e no nosso”⁽⁶⁾.

Estas expressões, em vez de nos encherem de orgulho estéril, deveriam suscitar em nós um sentimento quase de medo pela responsabilidade que temos diante de Deus e diante de todos os irmãos que nos precederam. Entre eles não faltaram homens extraordinários; mas muitos — a maioria — foram homens comuns, com seus inevitáveis defeitos. Mas foram fiéis: transmitiram intacta a herança que tinham recebido, caminharam na vereda que Dom Bosco lhes tinha traçado, e o Senhor não deixou de operar prodígios através de seu humilde trabalho.

Dom Bosco tinha dito: “A nossa Congregação tem diante de si um futuro risonho, preparado pela Divina Providência, e sua glória há de durar enquanto se observarem fielmente

(4) P. RINALDI, *Atos do Capítulo Superior*, n.º 23, de 24/1/1924, pág. 193. da Edição Italiana.

(5) PAULO VI, *Discurso aos Membros do XIX Capítulo Geral*.

(6) *Ibid.*

as regras” (7). O nosso futuro, portanto, é um problema de fidelidade: fidelidade, não tanto a um código de normas, mas ao espírito, à vida que tal código exprime, contém transmite.

As Constituições nasceram da vida vivida

Na verdade as nossas Constituições, antes de serem uma regra escrita, foram vida.

Na referida carta circular, o P. Rinaldi afirma: “As Constituições, meus caros, são a alma da nossa Sociedade, e esta foi a alma de toda a vida de Dom Bosco. Não só, mas podemos mesmo dizer que nas Constituições temos Dom Bosco todo: há nelas o seu ideal da salvação das almas; nelas, a sua perfeição com os santos votos; neles, o seu espírito de suavidade, de amabilidade, de tolerância, de piedade, de caridade, de sacrificio” (8).

Este espírito já está contido, embrionariamente, no sonho dos nove anos, no qual Dom Bosco tem a intuição, um pouco confusa, de sua futura missão. Esse espírito vive na casa de Becchi, no ambiente educativo criado por aquela incomparável mestra de educação cristã que foi mamãe Margarida. São germes que a Providência, irá paulatinamente, maturando, e determinando, como que em esboços sucessivos.

À medida que se manifesta com maior clareza a vontade de Deus, Dom Bosco “tranqüilamente, sem pressa, mas com tenacidade e constância admiráveis, estuda, consulta, reza, faz tentativas para fundar uma sociedade; e durante muito tempo, insensivelmente, prepara para si os primeiros candidatos, sem nunca falar nem de vínculos, nem de votos, nem de Congregação” (9).

Com razão, “mais que fundador Dom Bosco pode chamar-se criador de sua Sociedade, porque soube tirar do nada os seus elementos, fazendo-os crescer ao redor de si e transfundindo neles, aos poucos, todo o seu espírito”. “Dom Bosco — afirma ainda o P. Rinaldi — primeiro escreveu os artigos de suas Constituições — na alma e na vida dos que

(7) *Memórias Biográficas*, 17, 279.

(8) P. RINALDI, *o.c.*, pág. 177.

(9) *Ibid.*, pág. 178.

escolhera para filhos, e só depois quando lhe pareceu que tais artigos correspondiam ao fim que tinha em mente, os escreveu no papel” (10).

1874: a aprovação definitiva

Podemos lobrigar a primeira formulação de uma “codificação escrita” inicial das Constituições Salesianas, no Regulamento do Oratório do longínquo 1847 (11). Na minúscula célula do Oratório, tal como a vemos descrita, aparecem os tímidos traços da estrutura do futuro organismo. Todavia, como primeiro e autêntico esboço de seu projeto de Congregação deve ser considerado o apresentado a Pio IX em 1858. Oferecendo ao Papa tal esboço inicial das nossas futuras Constituições, podia Dom Bosco afirmar com toda a sinceridade: “Eis, Beatíssimo Padre. . . , o Regulamento que encerra a disciplina e o espírito que, há vinte anos, guia os que trabalham nos Oratórios” (12).

O P. Rinaldi, resumindo autorizadamente, e com termos muito felizes, o núcleo fundamental deste esboço de Constituições que delineava a face da futura Congregação, assim o apresentava: “Nada de coações, mas o vínculo da caridade fraterna para formar um coração só a fim de atingir a perfeição no exercício de todas as obras de caridade espiritual e corporal para com os jovens, especialmente os mais pobres, e no cuidado das vocações eclesiásticas. Não há, nesse esboço de Constituições, preocupações pelas coisas materiais, mas cada um, embora conservando os seus direitos, seja realmente como se nada possuísse. Não se nota no citado esboço, o apego à própria vontade, mas uma obediência tão filial ao Superior que este nem precisa dar ordens. Não há muitas práticas de piedade em comum, mas há o exercício da união com Deus na plenitude da vida ativa. E isso é o distintivo e a glória de seus filhos.

“Dom Bosco, mais do que uma sociedade, queria formar uma família fundada quase unicamente na paternidade suave, amável, vigilante do superior, e sobre o afeto filial, fraterno

(10) *Ibid.*

(11) Este foi publicado em 1852: *cfr. Memórias Biogr.*, 3, 93 e s.

(12) *Memórias Biogr.*, 5, 881.

dos súbditos. Não só, mas, embora mantendo o princípio da autoridade e da respectiva condição de súbditos, não desejava distinções, mas igualdade entre todos e em tudo” (13)

Esse projeto de vida condensado nas Constituições deverá passar pelo crivo da mentalidade e do direito da época, nas diversas fases de aprovação (23 de julho de 1864: “decretum laudis”; 19 de fevereiro de 1869: aprovação definitiva da Sociedade; 3 de abril de 1874: aprovação definitiva das Constituições). Em todo esse laborioso itinerário, Dom Bosco se deixará orientar por seu temperamento prático, dúctil, mas sobretudo por sua viva fé na Providência, que guia os acontecimentos.

Se de um ponto de vista puramente humano se pode talvez pensar que nesse processo de reelaboração das Constituições tenham sido amaciadas as arestas mais originais do projeto de Dom Bosco, numa visão de fé podemos pensar que tal redimensionamento temporário foi providencial: os tempos ainda não estavam maduros. Se Dom Bosco tivesse insistido, então, na atuação integral de seu projeto, talvez a Congregação Salesiana não teria tido aquele arrojo, unitário e flexível ao mesmo tempo, e o desenvolvimento prodigioso que teve.

2. CEM ANOS DE FIDELIDADE DINÂMICA

A data de 3 de abril de 1874 marcou, portanto, uma etapa determinante na história do texto das nossas Constituições. Na verdade tornara-se ele, com a aprovação definitiva da Santa Sé, um ponto de referência constante para as gerações futuras no conhecimento da fisionomia, dos lineamentos fundamentais da Congregação, tais como os desejava o Fundador. Aquele 3 de abril não lhe marcou, absolutamente, o fim da evolução.

Nascido da vida, o texto das Constituições continuou a desenvolver-se e a adaptar-se às novas situações que se iam crivando aos poucos, seguindo de perto o crescimento vital da Congregação: exatamente como o germe que, sem mudar de natureza, se torna frágil haste, arbusto, árvore, e sabe, no

(13) P. RINALDI, o.c., pág. 179.

tempo oportuno, conforme a sucessão das estações, produzir rebentos, flores, frutos.

O texto continuou a desenvolver-se

A integração do projeto fundamental, aprovado pela Santa Sé começou ainda durante a vida de Dom Bosco, e continuou nos primeiros anos do Reitorado do P. Rua, nos Capítulos Gerais que se seguiram com ritmo constante, cada três anos, de 1874 a 1904. Nestes foram aprovados os Regulamentos especiais que se referiam aos Superiores (desde o Reitor-Mor aos Inspetores e Diretores), às casas de formação, ao regulamento para a celebração do Capítulo Geral.

“Salesianamente” essas normas, antes de serem apresentadas à Santa Sé para a relativa aprovação, foram verificadas na experiência. E somente depois de terem sido experimentadas longamente (28 anos!), no X Capítulo Geral, foram revistas e coordenadas num texto único. Algumas dessas normas, apresentadas à Santa Sé, foram inseridas no texto das Constituições: outras formaram o corpo dos Regulamentos.

Parece-me importante frisar o espírito com que trabalharam os membros do X Capítulo Geral. O P. Céria nos “Annali” afirma que, nas longas e por vezes animadas discussões, longe de aparecer qualquer tendência a introduzir modificações, foi comum, constante e pacífico o empenho em não perder de vista a Regra dada por Dom Bosco”⁽¹⁴⁾.

Evidentemente, em tantos anos tinha havido crescimento: a sementinha tornara-se árvore frondosa que expandia sombra aquém e além do oceano; a uniforme célula inicial tinha-se, aos poucos, estruturado e organizado em casas e inspetorias, mas única permanência a linfa que, do tronco, fluía nos ramos, única a raiz da qual a árvore tirava o seu alimento: Dom Bosco. Um Dom Bosco, porém, não imaginário, mas um Dom Bosco real, concreto, tal como se expressara nas Regras dadas a sua Congregação, e como que redivivo na pessoa de seu sucessor. Realmente, desmentindo os temores surgidos na época de sua morte, Dom Bosco conseguiu formar uma Congregação sólida e compacta: soubera

(14) CERIA E. *Anais*, 3, 557.

criar nos seus filhos “uma consaguinidade espiritual, uma “família” na qual é reconhecível um mesmo tipo, um mesmo timbre na atividade educativa e nas outras obras ⁽¹⁵⁾.

Tornaram-se necessárias dolorosas adaptações

Se foi notável a contribuição dos primeiros Capítulos Gerais para adaptar sempre melhor o texto das Constituições ao ritmo de desenvolvimento da Congregação, não menor se demonstrou a capacidade de os Salesianos fazerem suas as disposições da Santa Sé no que tange à disciplina religiosa. Também nisso se verificava a plena fidelidade a uma atitude de fundo do espírito de Dom Bosco.

A mais espetacular de tais atitudes foi a revisão das Constituições para se porem de acordo com as normas do Código de Direito Canônico (revisão aprovada pela Santa Sé a 19 de julho de 1923); mas por certo, não foi essa a mudança mais dolorosa.

Na mente de Dom Bosco e na sua praxe, o Superior salesiano não era um funcionário nem um simples tutor da disciplina religiosa: era o pai espiritual da comunidade educativa e, por isso mesmo, seu confessor ordinário. Nem podia ser diversamente numa Congregação que anelava estruturar-se como “família espiritual”.

A estrutura desejada por Dom Bosco para a Congregação — fortemente centralizada no coração pastoral do Superior com seu papel específico de pai espiritual da comunidade — visava tão só a pôr em relevo a primazia dada por Dom Bosco mais às pessoas do que à organização, à caridade mais do que à lei; ao bem espiritual e físico de cada um mais do que às exigências da economia e da eficiência. Todo esse delicado equilíbrio de relações foi submetido a uma crise pela determinação, aliás muito sábia da Santa Sé ⁽¹⁶⁾, de proibir que o Superior fosse o confessor ordinário dos seus súbditos.

Nós compreendemos a profunda angústia do P. Rua e dos primeiros salesianos que temiam afastarem-se, com isso,

(15) STELLA P., *Dom Bosco*, 2, 406.

(16) DECRETOS do Santo Ufficio de 5/7/1899 e de 24/4/1901. Cfr. *Anais*, 3, 170 e s.

do caminho traçado por Dom Bosco mas, apesar de todas as preocupações, prevaleceu a plena docilidade à Santa Sé; docilidade que Dom Bosco, por meio de palavras e, mais ainda, com os fatos deixara a seus filhos como herança preciosa.

Naquela conjuntura (1901), o P. Rua dizia aos membros do IX Capítulo Geral: “Tenhamos coragem e certos de que obedecer prontamente e com perfeição a tudo quanto nos vem da suprema Autoridade, é o meio melhor para obtermos as bênçãos do Senhor e para fazer a Congregação caminhar de acordo com o que Deus quis, ao inspirá-la, e de acordo com o que tinha em mente Dom Bosco, ao fundá-la”⁽¹⁷⁾.

A adesão pronta e dócil de toda a Congregação às diretrizes emanadas da Santa Sé num assunto tão importante que “causou uma verdadeira guinada na sua história”⁽¹⁸⁾, foi mais uma prova da solidez e unidade de espírito que Dom Bosco lhe soubera infundir.

Não menos doloroso para o coração do P. Rua e dos primeiros salesianos e, ainda mais, para o Instituto da Filhas de Maria Auxiliadora, foi quando a Santa Sé, na reorganização geral das Congregações femininas, decidiu separar os dois Institutos fundados por Dom Bosco⁽¹⁹⁾. Também neste caso, a mágoa dos salesianos e os temores das Filhas de Maria Auxiliadora foram superados pelo espírito de fé — herdado de Dom Bosco — fé na Providência que não abandona as obras que Ela suscitou e que se serve dos instrumentos humanos para as levar a melhor acabamento.

O Concílio pediu: revisão radical

A atualização não terminou com a revisão de 1923. Quase todos os Capítulos Gerais trouxeram algum retoque, alguma integração para que esse texto fosse sempre mais idôneo a regular o desenvolvimento unitário da Congregação. Foram emanadas novas normas de Regulamento para servirem de orientação, de escolha operativa, nas novas situações que a Congregação devia enfrentar periodicamente. Todavia, penso eu, nenhum Capítulo Geral teve que assumir, quanto ao

(17) CERIA E., *Anais*, 3, 189.

(18) *Ibid.*, 3, 193.

(19) *Ibid.*, 3, 645 e s.

texto das Constituições, tarefa tão onerosa como a que foi pedida pela Igreja, após o Concílio, através do motu próprio "Ecclesiae Sanctae", aos capítulos Gerais Especiais ~~das Ordens e das Congregações Religiosas.~~

A medida que nos afastamos no tempo, percebemos o alcance enorme que tal decisão da Igreja teve, tem e terá sobre a orientação de fundo de nossa vida religiosa. Para nos convenceremos bastaria pensar que foi a primeira vez na história da Igreja que Ordens e Congregações Religiosas foram convidadas a uma revisão tão profunda da própria vida. Certo, na intenção da Igreja, não se trata nem de uma revolução nem de inversão de valores sociais, sobre os quais até então a vida religiosa se tinha estruturado.. Tal revisão porém, deixa de ser menos "radical", no sentido etimológico do termo, pois toca as raízes mesmas das quais toda vida religiosa tem sua origem e de que continuamente se alimenta : o Evangelho, o carisma, as intenções evangélicas, o espírito, a missão dos fundadores.

Em vista da novidade da tarefa, não se estranha que houvesse certa preocupação ao enfrentá-la, apesar de toda a boa vontade de agir com prudência e responsabilidade. Embora a Igreja no "Perfectae Caritatis" e no "Ecclesiae Sanctae" tivesse traçado as linhas fundamentais em cujo âmbito deviam ser renovados e adaptados os textos das Regras e das Constituições, ainda restava um espaço enorme, dentro do qual se podiam fazer escolhas muito compromissivas e arriscadas. Se, de um lado, tudo isso representava um grande ato de confiança da Igreja nos religiosos, por outro lado, tornava-se também severo campo experimental em que cada Instituto teria podido medir sua própria solidez, o nível de maturidade alcançado e seu próprio senso de responsabilidade.

As diretrizes renovadoras da Igreja

A tarefa que pesava sobre nós era enorme. Antes de mais nada, partindo do princípio que o Evangelho devia ser considerado por todos os religiosos "Regra Suprema" ⁽²⁰⁾, o texto das Constituições precisava ser repensado, pondo-se

(20) *Perfectae Caritatis*, n.º 2a.

em luz clara a inspiração evangélica da vida religiosa, tal como a expressara o Concílio, de acordo com o projeto original e a missão peculiar que cada Instituto herdara de seu Fundador.

As Constituições, segundo as diretrizes da Igreja, deviam sobretudo conter “os princípios evangélicos e teológicos, referentes à vida religiosa e à sua união com a Igreja, e expressões idôneas e precisas com que se reconheçam e se conservem o espírito e as finalidades próprias dos Fundadores”⁽²¹⁾.

As “normas jurídicas necessárias para definir claramente o caráter, os fins e os meios do Instituto” tinham de conservar-se, mas não podiam ser numerosas⁽²²⁾; dessas normas era preciso expungir tudo quanto fosse “superado... ou mutável segundo os costumes de um determinado tempo”, ou então “ligado a costumes unicamente locais”⁽²³⁾. E as normas ligadas unicamente ao tempo presente ou a circunstâncias particulares, e que não pertenciam à estrutura fundamental do Instituto, não deviam constar do texto Constitucional, mas ser recolhidas em códigos suplementares, chamados da “diretórios”, livro de tradições ou com outros nomes”⁽²⁴⁾. No texto constitucional, por fim, era necessário fundir os dois elementos “espiritual” e “jurídico”, para terem os códigos fundamentais dos Institutos base estável e se permearem de espírito verdadeiro e de normas vitais⁽²⁵⁾.

E para que a norma expressa viesse a ter caráter de autoridade e de estabilidade, devia ser redigida de tal modo que fosse o resultado de uma exigência de vida. Por isso se recomendava que “se evitasse redigir um texto que fosse apenas jurídico, ou apenas exortativo”⁽²⁶⁾. Era preciso, afinal — para usar a feliz expressão do P. Beyer, SJ, numa conferência de introdução ao nosso CGE — redigir um texto que “pudesse servir como livro de oração”, porque a verdadeira força das Constituições está, mais que numa dimensão jurídica — embora essa seja indispensável — na capacidade de

(21) *Ecclesiae Sanctae*, segunda parte, n.º 12a.

(22) *Ibid.*, segunda parte, n.º 12b.

(23) *Ibid.*, segunda parte, n.º 14.

(24) *Ibid.*, segunda parte, n.º 14.

(25) *Ibid.*, segunda parte, n.º 13.

(26) *Ibid.*, segunda parte, n.º 13.

assegurar um verdadeiro diálogo vocacional com Deus, de acordo com o projeto concreto confirmado nelas.

Também quanto à forma de governo, recomendava-se-lhe a estruturação de tal maneira que “os Capítulos e conselhos... cada qual a seu modo, exprimissem a participação e o interesse de todos os confrades pelo bem da comunidade toda” (27). Tal se realizaria sobretudo se os religiosos participassem “eficazmente na escolha dos membros desses órgãos” (28).

E a fim de que o exercício da autoridade se tornasse mais eficaz, mais aderente à realidade, mais sensível às exigências locais, mais ágil ante as exigências dos tempos modernos, fazia-se mister que “os superiores de qualquer grau estivessem munidos das oportunas faculdades, a fim de que não se multiplicassem os recursos inúteis ou demais frequente às autoridades superiores” (29). Tratava-se da aplicação dos critérios de participação, de descentralização e de subsidiariedade, já introduzidos na Igreja pelo Concílio, no governo da vida religiosa.

Faziam-se votos, por fim, para que os Institutos, de acordo com a própria missão particular, participassem da vida da Igreja universal e local fazendo próprias e sustentando-as, na medida das próprias necessidades, as suas iniciativas (30).

Faziam-se votos também para que os membros de tais Institutos, graças a um aprofundado conhecimento das condições dos tempos, dos homens e dos bens da Igreja, soubessem “julgar, com sabedoria e à luz da fé, as circunstâncias do mundo de nosso tempo e, cheios de zelo apostólico, pudessem ajudar mais eficazmente os homens” (31). Para nós, consagrados à salvação dos jovens, este último critério de renovação impunha a obrigação de um diagnóstico atento dos sinais dos tempos, e de uma revisão profunda dos nossos métodos pastorais para melhor corresponderem às mutáveis exigências dos jovens, que são as antenas mais sensíveis, como também as primeiras vítimas, de um mundo em via de radicais transformações.

(27) *Perfectae Caritatis*, n.º 14.

(28) *Ecclesiae Sanctae*, segunda parte, n.º 18.

(29) *Ibid.*

(30) *Perfectae Caritatis*, n.º 2c.

(31) *Ibid.*, n.º 2d.

A preparação foi ampla e séria

Mesmo só com este quadro muito sumário penso que estamos em condições de compreender a amplitude da revisão que a Igreja exigia de cada Instituto religioso. Para Dom Bosco, como para cada um dos seus filhos, a voz da Igreja é a voz de Deus; pelo quêurgia executá-la, se não quiséssemos atraiçoar o Espírito, que nos tinha suscitado no seu seio, ou atraiçoarmos à nossa mesma missão. Não se tratava de “prurido de reforma” justamente condenado por Dom Bosco. Era uma questão de fidelidade!

Não foi sem muita trepidação que nos dedicamos a esta imensa tarefa, bem cientes da nossa fragilidade; cientes dos riscos que poderíamos correr, dos obstáculos que se nos poderiam interpor para um êxito feliz; mas confiantes, também, na assistência divina, na proteção materna de Maria, na proteção de Dom Bosco e dos nossos santos que desde o Céu não deixariam de interceder por nós.

O início desse trabalho de revisão já o podemos descobrir no Capítulo Geral XIX. Nesse Capítulo, a revisão do texto das Constituições foi muito modesto; seu aspecto mais notável foi o aumento dos membros do Conselho Superior com a introdução da nova figura dos Regionais, que deveriam, numa perspectiva de descentralização, tornar-se estrutura de unidade, vínculo de ligação entre o centro e a periferia da Congregação. A contribuição mais notável, porém, oferecida pelo CG XIX para a renovação consistiu sobretudo no desenvolvimento de temas que serviram de base de reflexão para toda a Congregação na preparação do CGE.

Tal preparação foi ampla, séria. Certamente não se poderá jamais dizer que agimos com precipitação: foram três longos anos e dois Capítulos Inspetoriais que estimularam a participação viva de todos os irmãos numa consulta sem precedentes na história da Congregação. Tratava-se de um problema vital: do futuro das novas vidas oferecidas ao Senhor no seio da Congregação Salesiana e do futuro dos jovens cuja salvação também dependeria, em parte, da nossa capacidade de renovação.

No início... perplexidades e temores

Não se pode dizer que o CGE começou sem perplexidades, sem incertezas. A tarefa que nos fora confiada era, de fato, tão inédita que justificava perfeitamente a nossa in experiência nela apesar de nos termos preocupado em enriquecer-nos com a experiência de outros. Por certo que os trabalhos tomaram orientação mais precisa e ritmo mais intenso quando, aos 9 de julho, cerca de um mês após o início, o CGE decidiu quase por unanimidade dar à Congregação um texto renovado das Constituições, após a aprovação, artigo por artigo, com maioria qualificada de 2/3 dos capitulares, a fim de que melhor correspondesse à “mens” do mesmo Capítulo e tivesse maior autoridade aos olhos de toda a Congregação.

Fazendo um retrospecto dos acontecimentos não podemos negar que se tratou de atitude corajosa, levando em conta a incerteza das perspectivas que tínhamos diante de nós, pois esperavam-nos longos meses de trabalho febril, com inevitáveis tensões, tantas eram as instâncias que deveríamos compor na unidade: fidelidade a Dom Bosco, à Igreja, à nossa missão entre os jovens, resposta às expectativas e às exigências dos irmãos.

Todavia, acima dos nossos pontos de vista, prevaleceu em todos o amor a Dom Bosco e a adesão ao seu espírito, feito de fidelidade a Deus que suscitou a Congregação, de docilidade à Igreja, de adaptação às circunstâncias de tempo e de lugar nas quais precisamos trabalhar. O resultado disso tudo está em nossas mãos.

Um texto menos jurídico e mais espiritual

Procurou-se elaborar um texto que, de acordo com as orientações da Igreja, fosse mais espiritual e menos jurídico. Os “princípios evangélicos e teológicos” nele contidos, tirados dos Documentos conciliares concernentes à vida religiosa, foram filtrados através da sensibilidade do texto constitucional; mais que de normas cuja existência e conteúdo dependem unicamente da vontade de um legislador humano,

trata-se de valores vitais que derivam de um chamamento e de uma missão divina.

Tudo isso foi possível graças a uma construtiva decisão de comunhão, de convergência na unidade, fruto de compreensão dos recíprocos pontos de vista, tanto que cada um dos artigos, na sua grandíssima maioria, foi aprovado com altíssima superação dos 2/3 dos votos. Mesmo tendo-se previsto, para casos especiais, a possibilidade de se abaixar o “quorum” dos 2/3, jamais houve necessidade de se recorrer a tal solução de emergência, uma vez que dentro do “inter” previsto todos os artigos conseguiram os sufrágios suficientes para a aprovação. Penso que humanamente não se poderia pretender mais para que a Congregação, através do seu órgão mais autorizado, exprimisse tão claramente a sua vontade. .

A renovação da Congregação realizada através do texto das Constituições é “fidelidade dinâmica” a Dom Bosco ⁽³²⁾; é redescoberta dos valores fundamentais para além das incrustações e da usura do tempo; é também recuperação de valores salesianos — como, por exemplo, a unidade da Família Salesiana, e um estilo de formação mais conforme a um ideal de vida religiosa ativa que puderam ser acolhidos no texto primitivo; é em fim assimilação de novos valores que se descobriram por continuidade e como prolongamento dos precedentes. A Congregação é um organismo vivo, e como tal podia assimilar só aquilo que contribuisse para seu desenvolvimento homogêneo, para seu real crescimento, sem comprometer de nenhum modo a sua identidade.

Certamente, como todas as coisas humanas, também as Constituições nascidas do Capítulo Geral Especial são perfectíveis. Estudos mais aprofundados das fontes salesianas e, ainda mais, maior fidelidade ao espírito que suscitou Dom Bosco e que nos chamou a participar da sua missão, poderão futuramente melhorá-las, a fim de que sejam sempre mais fiéis ao dom que Deus, em Dom Bosco, fez à Igreja e ao mundo.

O texto das Constituições, portanto, nascida da vida, e gerador de vida, como toda a vida será susceptível de ulte-

(32) CGE Documento n.º 2: “DOM BOSCO DO ORATÓRIO” *critério permanente de renovação da ação salesiana.*

rior aperfeiçoamento e desenvolvimento. Todavia nele se contém e nos é transmitido o idêntico ideal de vida, a idêntica missão para a salvação dos jovens, o idêntico espírito que animou Dom Bosco e todos os seus melhores filhos. Cabe a nós, como fizeram aqueles que nos precederam nestes cem anos, traduzi-los em realidade vivente, palpitante.

3. A REGRA NO PENSAMENTO DE DOM BOSCO

Por certo não podemos reduzir a vida de uma Congregação a um código escrito, mesmo que, como no caso das nossas Constituições renovadas, ele contenha “as riquezas espirituais da tradição salesiana e as normas fundamentis pra a vida da nossa Sociedade”⁽³³⁾.

Evidentemente não é a vida que está a serviço de um código, mas justamente o contrário.. A vida, porém, não pode prescindir de determinação concretas. A não observância das normas que regulam o relacionamento entre os membros de uma sociedade — mesmo que se tratasse da pequena sociedade doméstica — leva à desagregação e à dissolução da vida e a existência de qualquer comunidade, de qualquer tipo que seja.

São estas verdades elementares que estão na base da insistência de Dom Bosco sobre a observância da Regra.

Para que a Congregação possa durar

Espírito eminentemente prático, atento às lições da história, Dom Bosco está profundamente convencido de que “a observância da Regra é o único meio para que uma Congregação possa durar”⁽³⁴⁾.

Numa importante conferência aos diretores, pelos fins de janeiro de 1876, depois da apresentação aos irmãos do primeiro texto das Constituições (15 de agosto de 1875), assim se exprimia Dom Bosco sobre a observância da Regra: “Agora não nos encontramos mais na situação do passado,

(33) *Constituições*, n.º 200.

(34) *Memórias Biográficas*, 12, 81.

quando não tínhamos as Regras e só estava aprovada a Congregação, e íamos vivendo com um governo tradicional e quase patriarcal. Foram se esses tempos. É preciso mantermo-nos firmes no nosso código, estudá-lo, em todas as particularidades, compreendê-lo, explicá-lo, praticá-lo... Em qualquer circunstância, em vez de fazer apelo a outras autoridades, apresente-se a das Regras... Desse modo o governo do Diretor pode manter-se paterno, como convém que seja entre nós. Fazendo-se ver que não é o Diretor que quer esta ou outra coisa, que proíbe ou aconselha, mas sim a Regra, o subalterno não terá em que se apegar para murmurar ou desobedecer-lhe. Numa palavra: o único meio para propagar o nosso espírito é a observância das nossas Regras.

“Nem mesmo as coisas boas se façam contra as Regras ou sem elas, porquanto, querendo-se trabalhar, mesmo que fosse com bom espírito, mas fora do ambiente das nossas Regras, pode acontecer? Acontecerá que trabalharemos, e até muito, mas o trabalho será só individual e não já coletivo. Ora, o bem que se deve esperar das Ordens religiosas provém exatamente disto, do fato de trabalharem coletivamente. Se assim não fosse, seria impossível atirar-se a qualquer empresa.

“Se nos afastarmos daquilo que estritamente exigem as Regras e continuamos a trabalhar, um começará de um lado, outro de outro, para um fim bom, é verdadeiro, mas individual. Daí o começo do relaxamento. E tais trabalhos não serão abençoados por Nosso Senhor, como os primeiros. Daí surgirá fatalmente a necessidade de reforma, coisa que enfraquece enormemente qualquer Congregação (como se viu acontecer em muitas Ordens Religiosas), sempre com grande prejuízo da salvação das almas. — E depois? — A decadência e a ruína total”⁽³⁵⁾.

O modo de falar é fácil, simples, bem diverso das nossas complicações atuais. Mas que sabedoria, quanta verdade e experiência de vida se encontram nessas expressões!

A Regra “encarnada” no Superior

A concepção que Dom Bosco, na mesma ocasião, revela da sua Congregação é de uma Congregação fortemente cen-

(35) *Ibid.*, 12, 80-83.

tralizada na Regra, encarnada no Superior e vista como principal vínculo de coesão e de visível comunhão do organismo todo. De fato, depois de ter afirmado: “Entre nós o Superior seja tudo. Todos auxiliem o Reitor-Mor, apóiem-no, de todos os modos, façam todos dele um centro único ao seu redor”, logo acrescentou: “O Reitor-Mor, por sua vez tem as constituições, jamais se afaste delas, senão o centro já não é mais único mas dúplice, isto é, centro das constituições e centro da sua vontade. É preciso, ao invés, que no Reitor-Mor como que se encarnem as Constituições: que elas e o Reitor-Mor sejam uma coisa só.

“O que acontece com o Reitor-Mor com relação a toda a sociedade, é necessário que aconteça com o Diretor em cada casa. Ele deve ser como que uma só coisa com o Reitor-Mor, e todos os membros da sua casa devem ser como uma coisa só com ele. E ainda, nele deve estar como que encarnada a Regra. Não seja ele que apareça mas a Regra. Todos sabem que a Regra é a vontade de Deus, e que aquele que se opõe à Regra opõe-se ao Superior e ao mesmo Deus” (36).

Notemos, à margem desse texto citado, que o princípio continua válido também hoje, mesmo se, pelas dimensões atuais da Congregação, e pela diversidade das situações, certas determinações específicas são confiadas à competência das comunidades inspetoriais e locais” (37). Descentralização não significa anarquia, e pluralismo não pode confundir-se com o individualismo (ambas as coisas totalmente alheias ao pensamento de Dom Bosco).

A Regra expressão do desígnio de Deus

Para Dom Bosco (como no-lo revela sua última afirmação na passagem citada) a Regra não é nem um princípio abstrato, nem a expressão impessoal de uma vontade coletiva, mas é a manifestação da vontade de Deus: é a linha visível de convergência dos chamamentos de cada um dos irmãos

(36) *Ibid.*, 12, 81.

(37) Carta Circular “Unidade e Descentralização”, em *Atos do Conselho Superior* n.º 272.

no cumprimento, em Cristo, da vontade do Pai; uma vontade que a todos transcende e a todos une numa única comunhão fraterna.

É nessa perspectiva, talvez, que devemos considerar o número incrível de Regulamentos criados por Dom Bosco, até para as ocupações mais humildes. Não se tratava de mania institucionalizadora, mas da valorização de cada um, que via a própria responsabilidade definida dentro da comunidade não por um arbítrio qualquer mas por uma norma superior; norma essa que construía em cada comunidade salesiana um organismo cuja vida e cujo ritmo de ação tinha sido ordenado pelo próprio Deus⁽³⁸⁾. Enquanto eram expressão da vontade de Deus, tais Regras, segundo Dom Bosco, criavam empenho de observância. Numa palestra de 30 de maio de 1865 Dom Bosco perguntava: “Será, então, pecado transgredir as Regras da Casa? Já pensei seriamente nessa questão, e respondendo com absoluta segurança que sim. Não digo seja pecado grave ou leve, pois faz-se mister levar em conta as circunstâncias. Mas é pecado certamente”⁽³⁹⁾. E notemos que aqui não se trata das Constituições aprovadas pela Santa Sé, mas simplesmente do regulamento interno de seus Institutos.

Poder-se-iam fazer distinções a respeito, mas a afirmação categórica de Dom Bosco aí permanece para nós como testemunho significativo do seu pensamento a respeito, mesmo como pedagogia de santidade juvenil.

Segundo Dom Bosco as Regras empenhavam à fidelidade enquanto expressão do desígnio de Deus e da sua vontade amorosa. Ele se punha assim na linha agora claramente indicada pelo CGE. Falando de sinais que ajudam a descobrir a vontade de Deus, o CGE, depois de ter indicado, primeiro de todos, o *Evangelho* como regra suprema e primeiro instrumento específico para a sua busca, acrescenta: “Outro instrumento específico para nós são as CONSTITUIÇÕES: elas representam o *nosso ponto de vista evangélico* (o grifo é do CGE) para aprofundamento da realidade. A aprovação por parte da hierarquia garante-nos que nelas encontramos

(38) *Memórias Biográficas*, 9, 571-576.

(39) *Memórias Biográficas*, 8, 132.

traçado um caminho prático e seguro. E ao mesmo tempo realizamos através delas e em espírito de obediência, a nossa união com a Igreja ⁽⁴⁰⁾.

Nesta perspectiva de obediência ao Evangelho e à Igreja, é fácil compreender as afirmações precisas de Dom Bosco que considera a inobservância consciente da Regra como verdadeira infidelidade a Nosso Senhor, não isenta de pecado.

E nós, religiosos, deveríamos saber reler hoje o pensamento de Dom Bosco na linha conciliar tão bem expressa no nosso CGE: “Não há dois planos nessa vocação: o da vida religiosa, um pouco mais alto; o da vida cristã, um pouco mais baixo. Para quem é religioso, testemunhar o espírito das bem-aventuranças com a profissão dos votos é a *sua* única maneira de viver o batismo e de ser discípulo do Senhor” ⁽⁴¹⁾.

A Regra não dispensa da iniciativa

Mas a vontade de Deus, que se exprimia através da Regra, segundo Dom Bosco não dispensava nem da iniciativa, nem da responsabilidade pessoal. Não era apenas como elenco de coisas que se deveriam fazer formalisticamente, mas ideal a ser realizado, tarefa a desenvolver, missão a cumprir segundo a linha orientadora da Regra, empenhando todas as capacidades pessoais e o próprio senso de responsabilidade.

Mais que tantas expressões, o que melhor interpreta o pensamento de Dom Bosco é aquilo que ele mesmo fez, “confiando a rapazes, pode-se dizer, obras que teriam espantado homens maduros... A obediência que Dom Bosco exigia era realmente tal que punha à prova, nas situações mais arriscadas, o espírito de iniciativa e a solidez interior” ⁽⁴²⁾.

Cem anos de desenvolvimento prodigioso da Congregação são a melhor demonstração de que a observância da Regra no passado não foi, em tantos irmãos, de inibição nem para a sua originalidade nem para a sua iniciativa.

(40) CGE, n.º 630.

(41) *Ibid.*, n.º 106.

(42) STELLA P., *Dom Bosco*, 2, 407.

A observância guiada pela caridade

Por fim, justamente porque a Regra não é expressão de uma vontade coletiva, de uma exigência impessoal ou de um bem comum abstrato, mas é a manifestação da vontade de Deus-Caridade, esta sua característica inspira o modo segundo o qual Dom Bosco quer que ela seja interpretada, e seja praticada.

O P. Rinaldi disse-nos que “Dom Bosco, mais que uma sociedade, entendia formar uma família, fundada quase que unicamente na paternidade suave, amável, vigilante do Superior, e no afeto filial, fraterno dos súbditos”⁽⁴³⁾. Mas uma família bem ordenada, especialmente quando numerosa, se de uma parte não pode prescindir de normas, doutra parte é guiada pela caridade quer na observância das mesmas quer na sua interpretação.

Caridade que não é sinônimo de fraqueza mas empenho pelo verdadeiro bem de cada qual; não, é pois, renúncia à norma, nem permissão de que seja transgredida impunemente, nem um fechar os olhos ante eventuais imperfeições e faltas. Ela é, ao contrário, atenção a situações particulares que a norma não podia absolutamente prever; é respeito para com o ritmo de amadurecimento de cada um na caridade; é empenho para que a norma que é dada par todos seja adaptada à medida de cada um, ao seu passo, às suas forças, ao ritmo de crescimento espiritual, de modo que cada qual, na casa salesiana, possa sentir-se à vontade, em “família”.

Dom Bosco, no declínio de sua vida, na carta de Roma, em 1884, provocada pelo famoso sonho, depois de ter descrito a situação que se fora aos poucos criando no Oratório, tem como que um sobressalto como de quem vê falsificada a sua obra: “Por que, diz, quer-se substituir à caridade a frieza de um regulamento? . . . Por que o sistema de prevenir com a vigilância amorosa, as desordens, vai sendo pouco a pouco substituído pelo sistema menos pesado e mais fácil para quem manda, de promulgar leis que se sustentam com castigos, alimentam ódios e produzem desgostosos? . . . Ponha-se de novo em vigor o antigo sistema: o Supervisor

(43) P. RINALDI, o.c., pág. 179.

seja tudo para todos, pronto a ouvir sempre qualquer dúvida ou queixa, todo atenções para vigiar paternalmente, todo coração para procurar o bem espiritual e temporal daqueles que a Providência lhe confiou ⁽⁴⁴⁾.

Nesse célebre sonho trata-se diretamente do relacionamento entre os salesianos e os jovens, mas não é difícil perceber, no fundo, o clima que se ia introduzindo na mesma comunidade religiosa, que por sua vez se refletia na comunidade educativa.

Dom Bosco queria que se observasse a Regra, mas queria que fosse observada espontaneamente, de boa vontade “porque — costumava dizer — a Deus não agradam as coisas feitas por força. Sendo um Deus de amor, quer que tudo se faça por amor” ⁽⁴⁵⁾. Queria que a Regra fosse observada exatamente para que se pudesse manter o clima de família, a fim de “o governo do diretor poder manter-se parteno, como se desejava entre nós” ⁽⁴⁶⁾.

Cabe de fato ao Superior conseguir que não se substitua “à caridade a frieza de um regulamento”: expressão na qual, no pensamento de Dom Bosco, deve-se atentar evidentemente não para “regulamento” mas para “frieza”, a aplicação gélida e impessoal de uma norma, sem nenhuma preocupação pra o fato de que esta deve ser colocada a serviço da pessoa.

4. A PRÁTICA DA REGRA HOJE

Caríssimos irmãos, ao expor-vos estas considerações sobre o valor da Regra não ignoro todas as contestações diversamente motivadas que hoje surgem cá e acolá na Igreja, no seio das famílias religiosas, e — por que não? — também em nossos ambientes, contra a lei em geral, contra a eclesiástica em especial, e conseqüentemente contra Constituições, Regulamentos, etc.

Uma reação emotiva

Segundo tais objeções a presença de uma lei significaria o domínio da estrutura sobre a pessoa, o fim da espontanei-

(44) *Mêmórias Biográficas*, 17, 112-113.

(45) *Ibid.*, 6, 15.

(46) *Ibid.*, 12, 81.

dade, da criatividade, da comunhão; significaria o declínio da liberdade, o sufocamento da pessoa, a instauração daquela ordem constituída que leva consigo o cortejo da juridicidade, do imobilismo, do formalismo, do autoritarismo que sufoca a vitalidade espiritual proveniente tão só da caridade e da graça do Espírito.

Não se devem certamente menosprezar tais temores: infelizmente atrás do pára-vento da lei encontram refúgio muitas vezes o egoísmo, a preguiça, o orgulho; muitas vezes houve quem se servisse da lei como de instrumento de poder e foram sacrificadas as pessoas no seu “leito de Procusto”; encontrou-se na lei um álibi cômodo para justificar a falta de fantasia, a falta de disponibilidade e de generosidade para a necessária renovação. Perguntemo-nos, porém, sinceramente se com a reação emotiva contra toda um “juridicismo” (de que a Igreja sofreu bastante muitas vezes) não corremos o risco de confundir a lei e o direito com esse juridicismo, numa única indiscriminada condenação e repulsa. Agindo assim nós correríamos o risco de prejudicar a causa pela qual se combate a juridicismo, isto é, a defesa da pessoa.

Nunca se repetirá demais: “Comunidade sem leis, longe de ser ou de poder ser, neste mundo, Comunidade de Caridade, não será senão Comunidade de árbitro”⁽⁴⁷⁾. Não só mas além disso, será Comunidade do individualismo contrabandeado, talvez, como pluralismo. Em tal situação não há nem respeito da pessoa alheia, nem caridade. Não há nem aquele elementar requisito da caridade que é a justiça. E a Comunidade caminha para a decomposição.

Tais conseqüências são tão lógicas, evidentes e, infelizmente, objeto de constatação, que penso não serem necessárias longas demonstrações. São, porém, conseqüências que nos fazem refletir a que extremos se pode chegar e, às vezes, de fato se chega, se não soubermos superar, com clareza, a reação emotiva que, hoje, mais do que ontem, apresenta toda proposta de observância de uma lei, de uma Regra como atentado contra a liberdade.

(47) BOUYER L., *L'Eglise de Dieu*, (Editions du Cerf).

Dar alma às leis

A tentação de juridicismo, de formalismo, com todas as dolorosas conseqüências que elencamos acima, está, por certo, arraigada na pessoa humana, como o estão o orgulho, o egoísmo, a preguiça, donde nascem essas “plantas daninhas”. São perigos muito reais contra os quais tem de se guardar constantemente, por meio de uma ascética ininterrupta, seja quem exerce a autoridade, seja quem pratica a obediência. Pelo fato, porém, de se poder abusar da lei, não digo, aboli-la. — seria contra a natureza social do homem, — mas, nem mesmo diminuir-lhe o valor com o desprezo, ou atenuar-lhe o vigor com sistemática inobservância ou só mesmo com arbitrarias violações. Certamente isso seria um remédio pior do que o mal que se quer curar e não se esperaria muito para se manifestarem, na Comunidade, suas funestas conseqüências.

A renovação da Congregação não se fará a não ser por meio de sincera e operante aceitação das nossas Constituições. Esta fiel observância, que exclui quer o formalismo quer o juridicismo, a arbitrariedade quanto o individualismo, há de garantir, a cada um de nós, o crescimento na caridade; às Comunidades, aumento da comunhão; ao nosso apostolado, maior eficácia.

Gostaria de esclarecer essas reflexões com uma citação de P. Rahner que, em longo e original diálogo com Nosso Senhor, assim se exprime: “Eu sei e quero colocar sempre mais no meu coração esta sabedoria viva: à tua liberdade não se chega protestando contra quem recebe de ti o poder. Quem se sente sobrecarregado e quer desvencilhar-se desse peso, não é o teu espírito de liberdade, mas a minha humanidade deteriorada, a minha preguiça, a minha obstinação, o meu egoísmo. O fato é que não me incomodei com o escândalo do meu irmão, por quem, também, teu Filho derramou o seu sangue; que, desejo me seja lícito tudo o que é puro ⁽⁴⁸⁾; que minha ciência é ciência que incha e não a caridade que edifica ⁽⁴⁹⁾.”

(48) ROM 14, 13 e s.

(49) 1 Cor 8, 1 e s.

“Já me aconteceu ter julgado como obstáculo à tua liberdade preceitos e imposições que nada mais eram do que salvaguarda à liberdade do teu amor e proteção contra as leis que existem em meus membros. Sim, cada vez mais, eu percebo que as leis humanas, provenientes da tua Igreja, são escola de disciplina para a vontade, de paciência, de domínio sobre mim mesmo, de grande tranquilidade de espírito, de respeito e de amor para com o próximo. Percebo, cada vez melhor, que não é aquilo que agrada, mas é o dever que me amadurece. Em verdade, nem todo dever é restrição, nem a fidelidade no agir é sempre sinal de verdadeira moralidade e de verdadeira liberdade...

“Sei também que ordens e prescrições, cerimônias e usos, técnicas e métodos que me são impostos e recomendados podem tornar-se formas sensíveis do meu amor, se eu tiver amor; e que podem tornar-se, para mim, peso morto se eu for fraco, sem vida suficiente, para dar-lhes uma alma”⁽⁵⁰⁾.

Com intenção de exortar, a mim e a vós, a uma observância entendida e vivida assim — nela, hoje mais do que ontem, está o porvir da Congregação — quero acrescentar aqui algumas considerações.

A Regra defende a pessoa e a comunidade

Olhando bem a Regra na perspectiva exposta, descobri-mo-la verdadeiramente a serviço da pessoa, da sua liberdade, no mais verdadeiro sentido da palavra. “A lei, a verdadeira lei, a lei justa, o direito, neste mundo, é como que dentro da qual a pessoa pode nascer e crescer. Seria impossível romper esse córtice, sem atingir a vida da pessoa”⁽⁵¹⁾.

A Regra é a defesa da pessoa contra o arbítrio. Contra o arbítrio até do superior e, mais ainda, da Comunidade que não pode decidir, ordenar e orientar-se de modo diverso do que está marcado pela Regra e que, livremente, foi aceito pelo indivíduo, no dia da sua profissão.

(50) RAHNER K., *Tu sei il silenzio*, pág. 40-42 (conteúdo). Ed. Queriniana, Brescia, Italia.

(51) BOUYER L., *o. c.*, pág. 596.

A regra é também defesa da Comunidade contra o arbítrio do indivíduo que, grave e sistematicamente, não cumpri-
sse os empenhos, livremente assumidos, condicionando, com isso, de modo negativo, a vida dos irmãos.

Finalmente, ela é defesa para o mesmo indivíduo contra a própria fragilidade e o próprio capricho, pois está sempre a lembrar-lhe os empenhos assumidos com Deus e com os irmãos, representando assim a liberdade da sua resposta ao chamado de Deus.

A Regra tutela muitos valores

Evidentemente, a Regra, na Comunidade Religiosa, não tem só esse aspecto negativo de defesa. Ela tem, sobretudo, função positiva de promoção dos valores que lhe são inerentes: valores evangélicos, vividos no carisma do Fundador; valores de Comunhão fraterna e de missão divina para a salvação dos jovens. Mas, exatamente pelo fato de contê-los, é fácil vir a comprometer-se gravemente a expressão desses valores, quando não se lhes garante suficiente observância.

Estamos de acordo: nem toda inobservância compromete igualmente tais valores. É inegável que, entre os valores tutelados e promovidos pela Regra, há uma jerarquia.

Alguns deles são tão fundamentais que se identificam com a mesma vida cristã. Outros brotam como exigências inseparáveis da vida religiosa em geral, tal como a apresentou o Concílio Vaticano II, ou, em particular, do estilo de vida religiosa à qual fomos chamados e que livremente abraçamos. Outros valores são escolhas que a Congregação fez por meio do seu mais alto órgão responsável, depois de longa consulta, para poder atender, do melhor modo, às exigências da missão que Deus lhe confiou e às esperanças da Igreja e do mundo, na situação atual. Outros, finalmente, sobretudo os de caráter organizativo, são escolhas operativas de instrumentos tidos como capazes de promover, harmonicamente, a nossa vida e a nossa missão.

Estamos de acordo: nem todos os artigos da Regra são expressos de forma idêntica. Alguns tratam da definição de um plano de vida do qual, se indicam somente as linhas fundamentais e cujas determinações ulteriores são confiadas à

responsável iniciativa das comunidades inspetorias ou locais. Outros, pelo contrário, tratam de determinações precisas e, portanto, devem ser observadas por todos.

Se alguém observasse somente o que lhe agrada

Toda inobservância ou interpretação arbitrária da Regra é afrouxamento do vínculo de coesão que nos une uns aos outros. É ruptura da comunhão, que não pode absolutamente ser querida por Deus. Deus quer que vivamos e trabalhe-mos juntos⁽⁵²⁾, em comunhão fraterna. E o ponto de convergência de tal comunhão está expresso pela Regra.

O que aqui se diz da Regra, afirma-se do mesmo modo, das deliberações tomadas nos diversos níveis de vida comunitária, de acordo com o respectivo grau de competência e de responsabilidade — (Capítulos e Conselhos Inspetoriais, Conselhos de Comunidade, Assembléia dos Irmãos).

Certamente não seria difícil demonstrar a absurdez do contrário. Bastaria pensar, por um instante, o que aconteceria, na Congregação, se prevalecesse, na teoria ou na prática, o princípio segundo o qual, do que foi legitimamente estabelecido, cada um estaria obrigado a observar só o que lhe apraz ou o que está de acordo com seus pontos de vista, deixando de lado todo o resto. Seria o início do reino do individualismo egoísta, erigido em sistema de vida, totalmente contra o Reino de Cristo que é Reino de justiça, de amor e de paz. Seria ainda a dissolução da Congregação como corpo social, abolido que fosse aquele primordial elemento de qualquer convivência humana que é a confiança recíproca.

Pensemos por fim que empobrecimento da nossa vida religiosa, que obstáculo à nossa comunhão fraterna, que esvaziamento do nosso apostolado com a decorrente esterilidade de vocações não traria consigo uma sistemática inobservância de um grupo mais ou menos numeroso de irmãos, dentro da Congregação. A história das Ordens e Congregações religiosas demonstra a dolorosa realidade destas perspectivas.

Talvez haja alguém que, em vista do exposto, tema que, com esses argumentos, se queira tornar absoluta a Regra.

(52) *Constituições*, art. 50.

Nada disso! Recomendando-vos calorosamente a observância, não podemos nunca esquecer-nos de que, com muito acerto, foi o sábado feito para o homem e não o homem para o sábado ⁽⁵³⁾. Assim também a Regra: está a serviço da vida e da missão da Congregação; não pode e não deve ser obstáculo, verdadeiro obstáculo, à sua genuína missão. De fato, o que destrói a comunhão não é tanto a inobservância da letra, mas, o individualismo e a arbitrariedade de tal inobservância, diretamente contrária ao espírito que é espírito de solidariedade, de caridade e de comunhão.

A caridade não procura o próprio interesse — não é egoísta — mas sim o verdadeiro bem do outro e, mesmo esse bem, quer realizá-lo “em comunhão” com os próprios irmãos — não é individualista —. Mas, justamente, para realizar isso e desse modo, evitando qualquer arbitrariedade e individualismo no operar o bem e para que a exceção à letra possa ser verdadeiramente regra segundo o espírito, é necessário agir de acordo com a expressão de Dom Bosco, tendo “sempre o olhar voltado para o centro de unidade ⁽⁵⁴⁾ e, nas coisas de maior importância, deve-se agir, em níveis diferentes, de acordo com a Comunidade à qual pertencemos. Só o consenso dela, como “intérprete diário da vontade de Deus” ⁽⁵⁵⁾ pode garantir-nos estarmos nós caminhando de acordo com o chamamento de Deus.

A Regra favorece a comunhão salesiana

Aprofundemos nossa reflexão e alarguemos os horizontes. Quando dizemos que a Regra está a serviço da pessoa e da Comunidade, queremos acentuar uma realidade muito positiva, isto, é, que a fidelidade à Regra é o meio mais importante para realizarmos a comunhão salesiana em todos os níveis, aquela “vida de comunhão” que para nós, salesianos, é uma exigência fundamental e um caminho seguro para vivermos nossa vocação ⁽⁵⁶⁾.

(53) *Mc* 2, 27.

(54) *Memórias Biográficas*, 12, 82.

(55) *Constituições*, art. 91.

(56) *Ibid.*, art. 50.

Se, de fato, acreditamos que a “Sociedade Salesiana não nasceu apenas de projeto humano, mas por iniciativa de Deus”⁽⁵⁷⁾, devemos crer também que é Deus quem nos chama a ela, confiando-nos irmãos para amarmos⁽⁵⁸⁾, a fim de realizarmos, em comunhão com eles na consagração religiosa, o plano apostólico de Dom Bosco, isto é, “sermos, em estilo salesiano, sinais e portadores do amor de Deus aos jovens, especialmente aos mais pobres”⁽⁵⁹⁾.

O vínculo que nos une uns aos outros é o da caridade que foi derramada em nossos corações pelo Espírito, na Consagração Batismal, fazendo-nos membros do Corpo de Cristo e da Igreja, filhos de Deus em Cristo e, portanto, irmãos entre nós. Este amor fraterno e apostólico foi reforçado e tornou-se solene empenho para cada um de nós, diante de Deus e dos irmãos, com a profissão dos conselhos evangélicos. Assim, esse amor tende, por sua íntima natureza, a tornar-se visível, social, pelo relacionamento e pelos empenhos que supõe.

A Regra não é senão a expressão social dos empenhos que assumimos com a profissão religiosa. Nesta, se definem o projeto de vida religiosa-apostólico que queremos realizar em comunhão com os nossos irmãos; o relacionamento que nos une uns aos outros; os empenhos recíprocos. Se, de uma parte, a Comunidade Salesiana, aceitando a profissão de um irmão, compromete-se a oferecer-lhe as possibilidades de realizar, pessoalmente, o chamamento divino, de outra, o “irmão sente-se empenhado em construir a Comunidade na qual vive⁽⁶⁰⁾, e, o mínimo, neste empenho, é a fiel observância da Regra.

Se a prática da Regra não é todo o empenho assumido, sendo só “um dos caminhos que conduz ao Amor”⁽⁶¹⁾, é sempre, porém, “a via segura” para interpretarmos o que Deus quer de cada um de nós⁽⁶²⁾, para tornar-nos capazes de cumprir os solentes compromissos expressos na nova fórmula da profissão: “comprometendo-me a viver na Sociedade

(57) *Ibid.*, art. 1.

(58) *Ibid.*, art. 51.

(59) *Ibid.*, art. 2.

(60) *Ibid.*, art. 52.

(61) *Ibid.*, Proêmio.

(62) *Ibid.*, arts. 91 e 200; *CGE*, n.º 638.

Salesiana em comunhão de espírito e ação com meus irmãos, a dar as minhas forças àqueles a quem me enviardes, especialmente aos jovens mais pobres e a colaboração dessa maneira na missão da vossa Igreja”, e tudo isso “segundo o caminho evangélico traçado nas Constituições Salesianas”⁽⁶³⁾.

“Fazer de tudo para unirmo-nos num só espírito”

Essa via evangélica, porém, traçada nas Constituições não realiza a “comunhão de espírito e de ação, somente em nível local e inspetorial, mas alarga os horizontes e permite-nos a propôr ato e concretizar o que diz o artigo 56 das mesmas Constituições: “A nossa vocação nos introduz na Comunidade mundial salesiana, fazendo-nos participar da comunhão de espírito, de testemunho e de serviço que a Congregação oferece à Igreja universal”.

Dom Bosco, nós o sabemos, sentia profundamente essa exigência de Comunhão em nível de Congregação. “É necessário fazer de tudo para unirmo-nos num só espírito”, dizia ele aos diretores salesianos⁽⁶⁴⁾. Inúmeras suas insistências para que toda a Congregação se mantivesse unida, a fim de tornar eficaz a sua missão. E falava de unidade de espírito, unidade de direção, unidade de corpo, unidade de comando e até mesmo de unidade de sentimentos⁽⁶⁵⁾.

Se penetrar em nosso meio um pouco de divisão, a Congregação não mais caminhará bem. Unidos num só coração, conseguiremos fazer dez vezes mais e trabalharemos melhor⁽⁶⁶⁾.

Todos conhecemos a afirmação do Capítulo Geral: “A unidade em nível mundial encontra a sua primeira expressão nas Constituições. De fato, elas traçam, para todo o mundo salesiano, as linhas fundamentais do nosso credo, da nossa vida e da nossa missão”⁽⁶⁷⁾. Nelas se apóia a função de unificar, confiada, de modo particular ao Reitor-Mor, ao seu Conselho e aos Superiores.

(63) *Constituições*, art. 74.

(64) *Memórias Biográficas*, 13, 286.

(65) *Memórias Biográficas*, 13, 286; 7, 626; 7, 847; 9, 527; 12, 499.

(66) *Ibid.*, 12, 384; também 13, 304.

(67) *CGE*. n.º 720.

O capítulo Geral, atende assim a uma grande necessidade na Congregação, a de esclarecer e reforçar os traços essenciais de unidade, para salvaguardar o projeto original do Fundador e manter em vida a eficácia da Congregação⁽⁶⁸⁾.

Caríssimos, hoje, mais do que nunca, a Congregação tem necessidade dessa total comunhão de espírito, para a eficácia da sua missão.

A Regra e os “dons pessoais”

Hoje, se insiste muito na tal “realização pessoal” e na valorização dos “dons pessoais”. Ouçamos, porém, a esse respeito o que diz um autor moderno: “Não raro, as famílias religiosas têm interpretado esse aspecto como incentivo para a iniciativa espontânea e como justificativa para cada religioso “fazer aquilo para o qual se sente atraído”. Essa perspectiva, porém, de exagerada liberdade na realização de qualquer sonho apostólico individual não é fundamento sólido para a formação dos que são chamados nem para a coesão da Comunidade. Quem quer, a todo custo, fazer o que lhe apraz, talvez o faria melhor fora da vida religiosa.

“A verdadeira força de atração para um instituto consiste em ser e se manifestar “grupo eclesial” que orienta os dotes dos seus membros a um específico e eficaz apostolado. A credibilidade de qualquer instituto, nesse setor, depende da clareza do seu empenho em continuar com eficiência um autêntico apostolado”⁽⁶⁹⁾.

A fidelidade às Constituições é a única garantia dessa coesão universal que torna visível e eficaz, a nível de Igreja, a missão salesiana de tal modo que as atividades de todos façam, realmente, parte do projeto salesiano para a salvação dos jovens. Esta é a única estrada para readquirirmos o “espírito de corpo” tão necessário nas atuais circunstâncias sociológicas, e comprazer-nos, constantemente, na certeza de que a iniciativa divina, suscitando a Congregação para os jovens, “continua”, porque todos vivem o que guarda esse dom de Deus, continua procurando não só mantê-lo, mas fazê-lo cres-

(68) *Ibid.*

(69) BARNABAS AHERN, *Vida Consagrada*, janeiro de 1974, pág. 7.

cer e florescer ⁽⁷⁰⁾. Não é por acaso que o sonho da personagem do manto, imagem da Congregação, termina com esta conhecida recomendação: “A meditação da manhã e da tarde seja sobre a observância das Constituições” ⁽⁷¹⁾.

Meus caros, as reflexões que estamos fazendo têm extraordinária importância. Hoje, mais do que nunca, para ser salesiano não basta ter-se esse nome. Cada salesiano, cada Comunidade e, diria, até mesmo cada inspetoria pode, dolorosamente, a um dado momento, vir a encontrar-se desligada da comunhão salesiana, porque só se é salesiano na medida em que a fidelidade às Constituições é um dado de fato, evidentemente constatado.

Hoje, não podemos nos iludir, só a fidelidade à Regra pode assegurar-nos que não nos desviamos para uma situação de cisma prático com relação à Comunhão Salesiana. Ao passo que é com a fiel observância das Constituições que a Congregação se aproximará, sempre mais, da realização do projeto de vida fortemente unitário que se encarnou no seu Pai, Dom Bosco ⁽⁷²⁾.

A fidelidade à Regra é questão de fé

Durante sua vida Dom Bosco, mais de uma vez, afirmou que a “Regra é a voz de Deus” ⁽⁷³⁾. Talvez, agora, depois dessas reflexões, estejamos mais capacitados a perceber o sentido de tal afirmação.

É aquela “voz” que ressoa no íntimo do coração de Dom Bosco, voz que o chamou dos prados — a ele, pastorzinho de Becchi — para fazer dele pastor, pai e mestre da juventude; aquela “voz” que teve luminosa confirmação e divina autenticação quando a Igreja aprovou a Congregação por ele fundada para prolongar, no tempo, a missão a ele confiada; aquela mesma “voz” que nos chamou, a cada um de nós para realizarmos, comunitariamente, o projeto apostólico de Dom Bosco na Congregação Salesiana, de acordo com o que estabelecem as Regras.

(70) *Constituições*, art. 200.

(71) *Memórias Biográficas*, 15, 186.

(72) *Constituições*, art. 49.

(73) *Memórias Biográficas*, 11, 365; 12, 81; 14, 849; 17, 296.

Evidentemente, a voz do Senhor que chama “não será entendida como se devesse chegar até nós de modo extraordinário. Será, pelo contrário, reconhecida e discernida nos sinais, dos quais o Senhor se serve, todos os dias, para mostrar aos cristãos prudentes, a sua vontade” (74). Um desses sinais é, sem dúvida, a Regra, “caminho seguro” que Deus nos mostra para realizarmos seu chamado à perfeição do Amor (75). Justamente porque é sinal, só pode ser percebido à luz da fé; por isso, no proêmio das novas Constituições, se afirma que o livro das Constituições “poder-se-á meditar, com fruto, somente num clima de viva fé”.

Se houver essa fé, não será difícil distinguir, para além de um código impessoal, a face e a voz do Pai que nos convida a amá-lo, e a edificarmos, em íntima união com nossos irmãos, o Corpo de Cristo, no meio dos jovens e do mundo. Se, pelo contrário, falta essa fé, ou se ela for lânguida, fraca, o livro já não terá sentido. Pior ainda, só se verá nele um obstáculo à nossa liberdade; talvez até um impedimento à realização de um nosso projeto de vida totalmente pessoal; uma jaula da qual procuraremos escapar com todo esforço e artimanha.

Olhemos, porém, para os muitíssimos salesianos que nos precederam.. Eles, cheios de fé e graças a isso, foram fiéis. Observando a Regra, seguiram o caminho que Dom Bosco lhes indicara para responderem assim ao chamamento divino. Os frutos dessa fiel observância são conhecidos de todos nós: Deus, usando instrumentos, às vezes, humildes, modestos, mas fielmente dóceis nas suas mãos, pode fazer grandes coisas.

Para conforto de todos, e, com conhecimento de causa, posso dizer que também hoje, depois de promulgadas as novas Constituições, tantos e tantos irmãos, nas mais diversas comunidades da Congregação, aceitaram, com espírito de fé, essas novas Constituições e, alegremente, vão descobrindo os ricos valores espirituais e de salesianidade nelas contidos. Disso resulta que vivem com profunda convicção, criando na Comunidade um clima de generoso trabalho, de fraterna caridade, de calorosa oração, e de alegre otimismo.

(74) *Presbyterorum Ordinis*, n.º 11a.

(75) *CGE*, n.º 630.

É o mesmo espírito que animava as primeiras Comunidades da Congregação.

Assim, todos esses irmãos são, hoje, eficazes construtores da Comunidade e da própria Congregação, como os primeiros, dos tempos de ouro das origens.

Estejamos convencidos: nas Constituições renovadas, Deus nos mostra o caminho a percorrer, juntos, para respondermos ao seu chamamento e realizarmos a sua missão. hoje. E somente com docilidade à sua voz, teremos a garantia de construir algo de duradouro. Não há dúvida que Deus, para realizar seu plano de salvação, não tem tanta necessidade dos nossos talentos pessoais: tem, isso sim, necessidade da nossa fidelidade, que põe tais talentos a seu serviço.

Mensagem a transmitir às novas gerações

Caríssimos, em celebrações centenárias e jubilares de qualquer acontecimento importante, costuma-se erigir um monumento que transmita aos pósteros — quase como defesa contra a obra destruidora do tempo — a lembrança do acontecimento. Nós que temos a sorte de viver esta ocorrência de evidente e extraordinária importância para a nossa Congregação, não vamos construir nenhum monumento. Sintamo-nos, contudo, empenhados em transmitir às gerações salesianas que, com a ajuda de Deus, hão de nos substituir na nossa missão, uma mensagem, não verbal, mas vital: o autêntico amor a Dom Bosco. E só será vital essa mensagem, se antes de tudo se identificar com o amor ativo e prático das Constituições.

Nelas fala Dom Bosco, elas são de fato Dom Bosco vivo: disse-o ele mesmo. Aos primeiros missionários que partiam para a América, nosso Pai, no tombadilho do navio, disse aos presentes, ansiosos e comovidos: “Vou convosco”. E sabemos como explicou essas palavras: entregando aos seus caríssimos filhos o livrinho das Constituições, aprovadas havia pouco pela Santa Sé.

Irmãos e filhos caríssimos, o modo seguro de nos sentirmos verdadeiramente unidos a Dom Bosco é viver as

Constituições. Eis a mensagem de vida que nós salesianos “da década dos setenta”, queremos, com empenho, deixar às futuras gerações, penhor da fecunda missão da Congregação na História. As Constituições, mais do que praticadas, sejam vividas, e com amor, como expressão do nosso autêntico devotamento a Dom Bosco.

Nosso caro Pai abençoe e torne realidade, a cada dia, esse nosso filial empenho.

Eu vos saúdo a todos com afeto, com uma lembrança especial “in oratione” pelos mais velhos, pelos doentes e pelos mais novos.

Peço uma retribuição fraterna pelas muitas necessidades da Congregação e pelas minhas intenções.

Agradecido,

P. LUÍS RICCERI
Reitor-Mor

II. DISPOSIÇÕES E NORMAS

Disposições relativas ao art. 196 das Constituições

No dia 1.º de março de 1974 o Ecônomo Geral P. Rogério Pilla enviou a todos os Inspectores a seguinte carta contendo as disposições relativas ao artigo 196 das Constituições, estabelecidas pelo Reitor-Mor com o seu Conselho.

Rev.mo Sr. Inspetor, uma vez chegadas todas as propostas dos Conselhos Inspetoriais, foi possível ao Reitor-Mor e ao seu Conselho dar execução ao art. 197 das Constituições, estabelecendo para cada Inspeoria a soma-teto de dinheiro, limite da competência do Inspetor com o seu Conselho, para autorização das operações previstas pelo art. 196 das Constituições.

Para estabelecer tal soma, o Conselho examinou não somente a proposta de cada Inspeoria, mas também o potencial econômico de cada Inspeoria, o custo da vida das respectivas regiões, e, onde existe, a quantia marcada pela Conferência dos Bispos. Quanto a esta última, foi tomada apenas como ponto de referência, enquanto tal soma está fixada como limite máximo para os Superiores Gerais, para além do qual os mesmos Superiores Gerais são obrigados a recorrer à Santa Sé (Sagrada Congregação dos Religiosos).

Dentro dessa visão, não só não se aceitou para os Conselhos Inspetoriais o limite de competência estabelecido pela Conferência Episcopal, — como muitos tinham pedido —, mas, salvo o caso em que tal limite era já muito modesto, fomos notavelmente abaixo dele: tentando ir de acordo, mais ou menos, com o maior ou menor índice do custo de vida e do potencial econômico da Inspeoria.

Para todas as Inspeorias, a quantia está expressa em dólares USA, moeda mundial e, por enquanto, a mais estável, com a qual é fácil comprar a moeda local.

Para essa Inspeoria, o limite de competência para as operações de que trata o art. 196, foi fixado em 40.000 dólares USA (quarenta mil).

O Conselho Superior, além disso, deu as seguintes determinações a fim de evitar uso errado da faculdade concedida.

a) O supramencionado limite da competência deve-se entender como referido à *importância em conjunto* de uma inteira operação,

mesmo que ela se realize por partes e por etapas diversas. De modo que, se a soma global superar a competência inspetorial, é necessária a autorização do Conselho Superior. Por exemplo, se numa Casa Salesiana se quiser fazer uma construção, cuja despesa, no seu conjunto, supera a da competência do Inspetor com o seu Conselho, não é lícito dividir a construção em partes tais que a soma de cada parte esteja dentro do limite de competência da Inspetoria. Deve-se, portanto, pedir a autorização ao Reitor-Mor, mesmo se a construção se efetuar em tempos diversos. Analogamente, diga-se o mesmo para para venda e compra de imóvel.

b) Se se tratar de uma construção que interessa uma Casa nova por abrir-se ou que importa na modificação da finalidade de uma Obra já existente, é claro que, mesmo que a despesa esteja nos limites de competência do Inspetor, se requer antes a autorização do Reitor-Mor para abrir a Casa ou para modificar o escopo da Obra existente (Const. art. 172). Nas tratativas não deve faltar uma cópia do projeto.

c) Quando se trata da autorização de um empréstimo, é preciso ter em conta que, se a Inspetoria ou Casa já está agravada com outro empréstimo precedente, este se soma com o novo a contrair, e se a soma supera a competência do Conselho Inspetorial, é necessário recorrer ao Reitor-Mor.

Deram-se essas especificações como exemplo, para fazer compreender o espírito da licença e indicar certo critério de aplicação, mas conta-se sobretudo com o senso de responsabilidade e com justa e equilibrada interpretação dos Conselhos Inspetoriais.

Seja a concessão desta faculdade comunicada às Casas, e conserve-se a presente no arquivo da Inspetoria, como documento comprovante da citada faculdade.

Afeiçoadíssimo,
P. ROGÉRIO PILLA

III. COMUNICAÇÕES

1. As Missões pedem pessoal

Nos últimos meses o Conselheiro para as Missões Salesianas P. Bernardo Tohill escreveu aos Bispos e Inspetores das Missões, pedindo que compilhassem um elenco das atuais necessidades de pessoal. Recolhidos todos os pedidos enviados, o P. Tohill apresenta à Congregação a longa lista.

a) CARTA DO CONSELHEIRO PARA AS MISSÕES AOS IRMÃOS

Caríssimo Irmão,

São muitos e insistentes os pedidos de pessoal que nos chegam das nossas Missões e Inspetorias necessitadas de irmãos. Julguei oportuno fazer uma lista — embora ainda muito incompleta — de algumas dessas necessidades, e apresentá-las ao caro irmão.

Estou bem ciente da escassez de pessoal, um pouco em toda parte.

Entretanto sinto-me obrigado, em consciência, a te apresentar a necessidade que existe em outros lugares, e especialmente em terras de missão.

A atividade missionária é um mandato de Cristo. Com o recente Concílio Vaticano II — primeiro Concílio a publicar um documento missionário — a Igreja quis ressaltar a urgência da atividade missionária. Dom Bosco quis eminentemente missionária a sua Sociedade Salesiana, como nos faz lembrar o CGE no n.º 471. O Reitor-Mor, apresentando-nos os Atos dos CGE falou-nos da “Estrada das Missões” como um dos três grandes caminhos que devemos percorrer para renovar a nossa missão juvenil e popular.

O Reitor-Mor, ainda na sua carta circular “As Missões, caminho para a renovação” (ACS n.º 267, pág. 32 da edição brasileira) escreveu: “Mas ouçamos a palavra do P. Albera, o qual, em 1920, nas dificuldades e falta de pessoal do penoso pós-guerra, exortava as Inspetorias a que fossem generosas — sem medidas —, com as Missões. “Preparai muitos e bons missionários” foi sua palavra de ordem. Mas algum

de vós dirá: “Como atender a este apelo, se não temos nem sequer o pessoal suficiente para as nossas Inspetorias?” — Respondo: precisamente a fim de que possais ter pessoal abundante para as Inspetorias, que vos foram confiadas é que eu vos digo: preparai muitos e bons Missionários!

Quanto maior for o número dos Missionários que uma Inspetoria puder enviar às longíquas Américas, entre os infieis do Paraguai, do Brasil, do Equador, da África, da Índia, da China, e aonde quer que tenhamos missões, tanto mais numerosas e distintas serão as vocações que Nosso Senhor há de dar a essa Inspetoria”.

Apresento-vos, pois uma lista das necessidades dessas e de outras regiões missionárias. Posso assegurar-vos que se nós, em nossos países, sentimos a escassez de pessoal, nos demais países que vos apresento, esta escassez é ainda muito mais vivamente sentida.

Como vereis, não se trata apenas de missões, mas também de escolas, de paróquias etc. Gostaria de vos dizer que essas escolas, paróquias etc., têm caráter essencialmente missionário e não são propriamente como as escolas e paróquias que temos em nossos países europeus. Em tantos e tantos casos apresentados aqui a presença salesiana é assustadoramente inferior às necessidades.

Caro irmão, rogo-te encarecidamente que dêis uma vista d’olhos nesta lista. Reflete sobre o assunto, pede com a prece o auxílio do Senhor. No caso que o Espírito Santo te sugira oferece-te para as Missões, escreve ao Reitor-Mor ou ao abaixo assinado.

Asseguro-te que será dada ao teu pedido toda a atenção que assunto tão importante merece.

Afeiçoadíssimo em J. C.

P. BERNARDO TOHILL

P.S. 1. A lista que tenho comigo, embora incompleta, é talvez muito longa; portanto acho mais prático apresentar-lhe apenas a primeira metade, reservando a outra para o próximo número dos ACS.

2. Em alguns casos o pedido se refere à necessidade de leigos mesmo não salesianos. isto a título de informação, para que se saiba que as nossas missões necessitam também deles.

b) LISTA DAS MISSÕES QUE PEDEM PESSOAL (primeira parte)

Pedidos da América Latina

Do HAITI (língua francesa) pedem:

- um *sacerdote* para Cap-Haitien (escola e paróquia);
- um *coadjutor* para Cap-Haitien (seção de agricultura);
- um *coadjutor* para Cap-Haitien (seção de oficinas);
- um *coadjutor* para Port-Au-Prince (oficina de eletromecânica).

De PORTO RICO pedem:

- um *sacerdote* para o centro juvenil de Calle Lutz (são mais de 400 jovens e muitos universitários);
- um *professor* de química e matemática de nível liceal (2.º grau) para Santurce.

Da BOLÍVIA pedem:

- um *sacerdote* para o Centro Missionário S. Corazon de Santa Cruz (trabalho pastoral, ministerial e social entre os camponeses indígenas);
- um *sacerdote* para o Centro Missionário Escoma, Planalto de La Paz (trabalho pastoral, ministerial e social entre os camponeses indígenas);
- dois *coadjutores* para o Centro Juvenil Dom Bosco, Santa Cruz (direção de oficinas de marcenaria e mecânica, animação dos grupos juvenis);
- um *coadjutor* para a Escola Técnico-Agrária Muyurina de Santa Cruz (um agrônomo para a escola teórico-prática);
- um *sacerdote* para o Centro Juvenil Dom Bosco de El Alto, La Paz (trabalho pastoral de evangelização e catequese entre os numerosíssimos meninos pobres da região);
- um *sacerdote* para o Colégio Dom Bosco de Sucre (direção espiritual dos jovens do colégio e trabalho pastoral no Centro Juvenil);
- um *coadjutor* para o Colégio Dom Bosco de La Paz (trabalho entre os jovens adultos dos cursos noturnos de especialização: trabalho formativo e pastoral).

Do BRASIL, da Missão de PORTO VELHO solicitam com urgência cinco novos missionários *sacerdotes*.

Do BRASIL, Missão de HUMAITÁ, pedem com urgência:

- um jovem *sacerdote* para a coordenação da pastoral, catequese etc.;
- um *sacerdote* para os cuidados pastorais ao longo da estrada, que cuide da população que está ocupando as novas vias de comunicação (650 km. de estrada) que antes não existiam;
- dois *sacerdotes* de auxílio aos vigários de Auxiliadora e Carapanatuba: deverão viajar muito pelos rios;
- vários *coadjutores* para cooperarem com os missionários nas residências: não é necessário que sejam especializados.

Do BRASIL, Inspetoria de Recife, pedem *sacerdotes* e *coadjutores* para a pastoral juvenil nas paróquias e escolas.

Da AMÉRICA CENTRAL, com urgência, requerem *irmãos* missionários itinerantes para os índios da missão de San Pedro Carchá.

Da COLÔMBIA, Prefeitura Apostólica de ARIARI pedem:

- *missionários* itinerantes para 5 centros;
- dois *sacerdotes* e dois *técnicos* para a Escola Agropecuária de La Holanda;
- 6 *catequistas* para a Prefeitura;
- 2 *médicos* para a Prefeitura.

Do EQUADOR, solicitam:

- um irmão eletromecânico, por três anos que fosse, para a escola técnica de Quito;
- um *técnico* impressor para a escola técnica de Quito;
- um *irmão* programador para a Rádio Sucua;
- um *irmão* programador para a Rádio Catequética da paróquia rural da Rocafuerte;
- um *animador* do Centro Juvenil de Cuenca;

— um *mecânico* e um *eletricista*, para os meninos pobres da Casa Domingos Sávio de Guayaquil.

Do PARAGUAI, Inspetoria, se pede:

- um grupo de "*experts*" em pastoral juvenil;
- *auxílios* às paróquias para a catequese.

Do PARAGUAI, Vicariato do CHACO PARAGUAIO:

- um *técnico* em agropecuária para uma grande criação e trabalhos agrícolas para a promoção dos índios;
- um *mecânico* (manutenção da seção de máquinas, motores, complexo electrogêneo, etc.);
- um *sacerdote* itinerante, de boa saúde (disposto a suportar incômodos e forte calor) para os índios.

Do MÉXICO, Missão dos MIXES, insistem no envio de alguns *missionários*.

Pedidos da Africa:

Do BURUNDI: *sacerdotes* missionários-párcos.

Do ZAIRE:

- um *mecânico* de automóvel para a Cité des Jeunes;
- alguns *irmãos* para um Instituto Social;
- *sacerdote* como missionários-párcos.

Pedidos da Asia:

Da TAILÂNDIA, Inspetoria, com urgência pedem:

- um *mecânico* para a escola Técnica Dom Bosco de Banguecoque;
- um *chefe de impressão* para a "Dom Bosco Press" de Banguecoque;

Da TAILÂNDIA, Missão de SURAT THANI:

- *Salesianos* dispostos, preparados para a missão;
- "*experts*" para centros juvenis dentro do contexto missionário

2. A caminho do Encontro Mundial dos Salesianos Coadjuutores

OS ENCONTROS INSPETORIAIS. O roteiro prefixado pela Comissão Central indicava o mês de março de 1974 como limite para a celebração dos Encontros inspetoriais, e o tempo concedido foi largamente respeitado; uma ou outra Inspeção havia realizado o Encontro com bastante antecipação, seguindo programação própria; só pouquíssimas Inspetorias vão ter os Encontros após a data, nunca, porém, depois de abril.

Depois do Encontro Inspeção, o passo seguinte — em que muitos irmãos acham-se atualmente empenhados — é a redação dos respectivos Atos e sua remessa às Comissões Regionais e Central. Estes Atos são aguardados com interesse, porque permitirão às Comissões e aos Relatores dos ulteriores Encontros (Regionais e Mundial) recolher os resultados dos Encontros Inspeção, sobre eles basear seu próprio trabalho.

A COMISSÃO CENTRAL. No mês de março, entre 9 e 11, a Comissão Central reuniu-se pela segunda vez na Casa Generalícia, presentes todos os seus membros (para sua composição, cfr. ACS 272 pág. 48). Na abertura esteve presente o Pe. Viganò, e no encerramento também o Reitor-Mor. Aí vai um resumo do trabalho realizado.

Inicialmente deu-se toda atenção ao adiantamento dos trabalhos em nível inspeção e regional. Particularmente em algumas Regiões, apurou-se que o intercâmbio entre as Inspetorias e a Comissão Regional é muito intenso, e certamente dará bons resultados. O exame da situação foi também aprofundado num encontro com os seis Conselheiros Regionais.

Várias observações e propostas foram apresentadas tendo em vista a *preparação do Encontro Mundial*. Acentuou-se a necessidade de maior informação da base, e de maior comunicação e orientação por parte da Comissão Central para as Inspetorias e as Comissões Regionais. Tornou-se evidente a exigência de se criar uma "Secretaria Permanente" junto ao Coordenador da Comissão Central (Sr. Romaldi).

Para uma eficaz utilização do material documentário que as Inspetorias e as Regiões enviam ao Centro, foi examinada a necessidade de um trabalho de fichário e de tradução, e foram planejadas suas modalidades.

Julgou-se também útil integrar o arquivo existente com todo o material encontrável, especialmente com as biografias dos Salesianos Coadjuutores.

Insistiu-se finalmente sobre a necessidade de utilizar todos os meios atuais de comunicação para garantir interesse e eficácia ao Congresso Mundial.

Foram tomadas muitas decisões, de acordo com os Superiores, também quanto à *realização do Encontro Mundial*. Inicialmente ficou estabelecida definitivamente a data: o Encontro realizar-se-á em Roma, não em março (como fora genericamente acenado nos ACS n.º 270), mas de 31 de agosto a 6 de setembro de 1975.

A respeito da eleição dos Delegados, foram recebidas da base notáveis críticas ao primeiro projeto: a Comissão Central tomou conhecimento delas e formulou nova proposta.

A comissão fez também escolha dos temas para o Encontro Mundial, e submeteu ao Conselho Superior uma lista de nomes para a escolha dos relatores. E por fim começou a tratar do "Regulamento do Encontro".

A Comissão Central resolveu então reunir-se novamente em 26-27 de outubro de 1974.

OS TEMAS DE ESTUDO para o Encontro Mundial. O presente texto foi reelaborado pela Comissão Central guiada pelas observações recebidas das Comissões Regionais.

Primeiro tema: "Identidade da vocação religiosa laical do Salesiano Coadjutor, a serviço da missão única salesiana". (Perfil histórico: da atuação de Dom Bosco, às realizações em cem anos da história salesiana no contexto da vida da Igreja; perspectivas). Fundamentais teológicos segundo a doutrina do Concílio e os documentos do CGE. Aspectos jurídicos).

Segundo tema: "Perspectivas da ação apostólica do Salesiano Coadjutor em sintonia com a sua condição religiosa laical, com os tempos e as exigências locais".

Terceiro tema: "A formação do Salesiano Coadjutor". (Princípios gerais, conteúdo; etapas; formadores).

Quarto tema: "Proposição da vocação religiosa laical salesiana aos jovens da sociedade atual". (Pesquisa sócio-religiosa da modalidade e dos meios mais idôneos).

OS DELEGADOS AO ENCONTRO MUNDIAL. Ao compilar o prospeto que segue, a Comissão Central teve presente estas premissas:

— não ultrapassar o número máximo de 140 Delegados (incluídos os membros da Comissão Central);

— garantir a representação de cada Inspetoria mediante um Delegado Salesiano Coadjutor. Este será eleito por todos os Salesianos da Inspetoria, antes do Encontro Regional;

— assegurar a representação de cada Região mediante um Delegado Regional para cada 320 irmãos da mesma. A eleição dos Delegados Regionais deverá ser feita nos Encontros Regionais ou inter-Inspetoriais. Para os Encontros Inter-Inspetoriais, o número complexo dos Delegados correspondentes à Região será repartido proporcionalmente entre os grupos Inspetoriais da Região.

REGIÕES		Deleg. Insp.	Deleg. Reg.	Total
1.	Itália - Oriente Médio	13	15	28
2.	Pacífico - Caribe	11	7	18
3.	Portugal - Espanha	8	9	17
4.1	Bélgica S. - França	3	2	5
4.2	Austria - Alemanha	3	2	5
4.3	Iugoslávia	2	1	3
4.4	Bélgica N. - Holanda	2	1	3
4.5	África Central	1	1	2
		—	—	—
		11	7	18
5.1	Bacia do Prata	7	4	11
5.2	Brasil	6	4	10
		—	—	—
		13	8	21
6.1	Inglaterra - Irlanda	2	2	4
6.2	U.S.A	2	2	4
6.3	Extremo Oriente	6	2	8
6.4	Índia	4	3	7
	Austrália	1	—	1
		—	—	—
		15	9	24
6.5	Polónia	2	2	4
7.	Total	73	57	130

N.B.: nas eleições dos Delegados Regionais, a fim de garantir a presença no Encontro Mundial de um número adequado de Salesianos sacerdotes, dever-se-á ter presente que os Delegados Inspetoriais são todos Salesianos Coadjuutores.

CONCLUSÃO. O empenho e a seriedade com que em muitas Inspetorias está sendo tratado o Encontro sobre o Salesiano Coadjutor é sinal de que o problema foi considerado e é vivido em profundidade pela Congregação. É apenas o caso de lembrar que os Encontros, nos diversos níveis, não são ponto de chegada, mas devem ser considerados ponto de partida.

3. Nomeações

O Reitor-Mor nomeou Inspetores os irmãos:

- Padre ANTÔNIO RASERA para a Inspetoria de Manaus (Brasil);
- Padre VÍCTOR REYES para a Inspetoria do Paraguai;
- Padre JORGE MEINVIELLE para a Inspetoria de Córdoba (Argentina).

A Santa Sé nomeou:

- Dom PEDRO CARRETTO, membro do “Secretariado para os não-Cristãos”;
- Padre JOÃO SHIRIEDA, sacerdote japonês, consultor da “Comissão Pontifícia para os não-Crentes”.

4. Curso para os Mestres de Noviciado

Dia 3 de março passado teve início regularmente no “Salesianum”, junto à Casa Generalícia o “Mês dos Mestres de noviciado”, organizado pelo Dicastério da Formação Salesiana. Participaram 37 mestres (outros seis não puderam comparecer).

O denso programa, executado sob a direção do Dicastério da Formação com a total dedicação do P. José Auby e do orientador P. Angelo Botta, contou com a freqüente presença dos vários Superiores do Conselho, de “experts” dos Dicastérios e também de especialistas não Salesianos.

Mas os verdadeiros protagonistas do curso foram os mestres, os quais freqüentemente fizeram confronto das situações em que se encontram atualmente os seus 446 noviços, e no diálogo buscaram as linhas de ação à luz dos documentos do CGE. Exatamente a tarefa que lhes fora confiada pelo mesmo Reitor-Mor: “reavaliar em profundidade todo o trabalho que se deve fazer no Noviciado”, esta “etapa privilegiada da iniciação salesiana”.

5. Os Cursos de formação permanente

Concluiu-se aos 14 de fevereiro passado, com a apreciada visita do Card. Tabera (Prefeito da Sagrada Congregação dos Religiosos), o primeiro “Curso de Formação Permanente”, realizado na Casa Generalícia para os irmãos.

No período dos quatro meses programados, os Cursistas passaram de uma atitude inicial de recíproca observação e aproximação, a um empenho sempre mais responsável de programação e realização do Curso, descobrindo então uma ampla possibilidade de revisão de vida e de remuniamento espiritual, em clima de pesquisa comunitária e de fraternidade salesiana.

O Curso, cujo objetivo era a formação pessoal, religiosa e salesiana, teve como resultado um profícuo período de experiência e de reflexão sobre a vida religiosa com elementos de atualização cultural, teológica e pedagógica. Nessa linha tiveram precípua preferência os temas da renovação religiosa, da teologia da vida religiosa e dos princípios da ascética salesiana.

A experiência, reconheceram-no os próprios participantes (provenientes quase todos da Europa, alguns da América Latina), pode dizer-se substancialmente coroada de êxito. “Período necessário para os Salesianos de meia idade, para readquirir e difundir confiança” escreveu um irmão. E um outro: “Adquiri uma visão mais ampla e mais amor à Congregação, maior maturidade religiosa, mais sensibilidade para com os irmãos, mais otimismo”. “Muito bem! — acrescentou outro — é preciso prosseguir”.

E realmente, em 9 de março, teve início o segundo “Curso de Formação Permanente”, dedicado especialmente a irmãos das Inspetorias da América Latina.

Uns trinta irmãos estudaram a fundo o sentido da nossa vocação, a fim de levarem às Inspetorias vontade de animação e entusiasmo em colaborar no cultivo dos valores evangélicos e salesianos.

6. Conferência sobre a Pastoral juvenil entre os emigrados

Realizou-se em Colônia, no mês de dezembro, uma conferência sobre a Pastoral juvenil entre os emigrados italianos e espanhóis na Alemanha Ocidental, e particularmente na região do Ruhr.

Participaram três conselheiros regionais (P. Ter Schure, P. Fiora e P. Mérida), os três Inspetores de língua alemã, um Inspetor italiano e um espanhol como representantes das respectivas conferências inspetoriais, e alguns irmãos já em atividades entre os emigrados.

Estavam presentes também pessoas não salesianas, mas interessadas no problema, como D. Koenen responsável pela pastoral dos emigrados na diocese de Colônia.

A finalidade da Conferência tinha dois pontos:

— estudar as possibilidades concretas de melhorar o serviço pastoral já existente, de modo especial na linha da nossa tradição para os jovens emigrados;

— estudar formas de ligação entre as Inspetorias de origem (as regiões de que procedem os emigrados) e as Inspetorias locais (as regiões a que se dirigem para trabalhar).

Com antecipação já haviam sido consultados por carta os Bispos das zonas com emigração mais densa (em particular da região do Ruhr, polo de industrialização europeia em vertiginosa expansão).

Das respostas dos Bispos resultou um longo elenco de ofertas e propostas para um trabalho pastoral riquíssimo de possibilidades, e muito urgente.

Assim, na Conferência de Colônia foi possível precisar as modalidades para uma intervenção — a partir já deste ano — mais consistente.

7. O Encontro Europeu sobre o Sistema Preventivo

De 31 de dezembro a 5 de janeiro, p.p., tivemos em Roma, no "Salesianum", o anunciado Encontro Europeu sobre o Sistema Preventivo de Dom Bosco.

Organizado pelo Dicastério da Pastoral Juvenil e pela Faculdade de Ciências da Educação da Pontifícia Universidade Salesiana, contou com quase trezentas pessoas. O riquíssimo material de reflexão fornecido pelo Encontro será publicado nos Atos do citado Encontro. Eis em breve resumo, as conclusões mais importantes.

No centro da análise, fez-se referência continuamente aos jovens, os verdadeiros protagonistas, silenciosos mas presentes, do Encontro.

Sublinhou-se a origem vital do sistema de Dom Bosco e a dificuldade de traduzi-lo em formas puramente conceituais. Freqüente-

mente foi lembrado que “preventivo” é apresentado por Dom Bosco como oposto de “repressivo” (punitivo, autoritário); julgou-se pois que se deveria valorizar os significados inclusos na preventividade: criação interior dos jovens, respeito e construção de sua liberdade, progressivo amadurecimento ao empenho humano e cristão. Salientou-se muito que o sistema de Dom Bosco comporta uma ação claramente finalizada em sentido humanístico e cristão. Nunca mereceu aplausos o educador individual: a exigência da comunidade foi insistente e unânime. A ação educativa comunitária foi então vista como caracterizada pela familiaridade, que deve regular as relações dentro da comunidade educativa.

A escola foi compreendida como autêntica expressão comunitária da “presença salesiana”. Amplíssimo apoio obteve a apresentação do centro juvenil, dos grupos e das associações de jovens, como formas renovadas de uma das obras mais típicas de Dom Bosco: o oratório.

Tratou-se finalmente do problema da inserção (ou reinserção) dos meios de massa no âmbito do sistema preventivo.

8. Consulta sobre “A Escola e a Missão Salesiana”

Nos dias 11 a 16 de fevereiro reuniu-se na Casa Generalícia um “Seminário” composto de Salesianos provenientes da Bélgica, França, Espanha, Itália para reflexões sobre estas duas perguntas fundamentais:

— Quais são as exigências que o cumprimento da Missão salesiana faz concretamente à escola?

— e através de que vias podem as nossas escolas corresponder às exigências da Missão?

Teve particular relevo a discussão da Comunidade Educativa, e da Evangelização e Catequese em nossas escolas.

No dia 13 de fevereiro, na audiência geral, Paulo VI dirigiu-se aos irmãos do “Seminário” com especiais palavras de encorajamento, exortando-os à fidelidade a Dom Bosco e à perseverança no apostolado da escola. Ao final da audiência, o Papa dirigiu-se aonde estavam os Salesianos e conversou brevemente com eles.

9. Jornada de Orientação vocacional

O Conselheiro para a Pastoral Juvenil, P. Juvenal Dho, presidiu em Madrid, de 26 a 28 de janeiro, três “Jornadas de reflexão sobre

Orientação vocacional”, organizadas pelos Delegados espanhóis da Pastoral Juvenil.

Os participantes (deliberadamente poucos, para um trabalho mais eficaz) eram os delegados inspetoriais da Pastoral Juvenil, os Promotores vocacionais, os Diretores e Formadores dos Aspirantados, e algumas Filhas de Maria Auxiliadora.

Esse encontro (no qual P. Dho se responsabilizou pela maior parte das exposições e dirigiu as discussões) tinha diversos objetivos:

— sensibilizar os participantes para com a “Dimensão orientação” entendida como essencial em toda ação educativa e pastoral;

— refletir sobre a indissolubilidade entre Pastoral Juvenil e Orientação vocacional, e entre esta e uma verdadeira educação cristã;

— procurar descobrir as possibilidades de trabalho orientador que os diversos campos da nossa atividade educativa nos oferecem, (ensino, movimentos e grupos juvenis, catequese, exercícios espirituais, cursos e campos, etc.).

10. Solidariedade fraterna (duodécima relação)

a) INSPETORIA DONDE PROVIERAM OFERTAS

ITÁLIA

	Liras	
Lígure		300.000
Lombarda		800.000
Sícula		1.000.000
Vêneta de São Marcos		450.000
Vêneta de São Zelno		100.000
Casa Generalícia		200.000

EUROPA

Austria		368.000
Irlanda		739.452
Espanha — Sevilha		660.000

ÁSIA

Índia — Gauhati		525.000
Oriente Médio		200.000

AMÉRICA

Estados Unidos, New Rochelle	2.863.250
Estados, Unidos, São Francisco	3.800.000
AUSTRÁLIA	1.074.499
<hr/>	
<i>Total das quantias que chegaram entre 18 de dezembro de 1973 e 1.º de março de 1974</i>	13.080.201
<i>Saldo-caixa anterior</i>	495.554
<i>Disponível no dia 7 de março de 1974</i>	<u>13.575.755</u>

b) DISTRIBUIÇÃO DAS QUANTIAS RECEBIDAS

ÁSIA

Coréia, Seul; para os pobres do Centro Juvenil	Liras	600.000
Filipinas, Pasil: para assistência médica aos pobres		600.000
Índia, Calcutá: para o dispensário de Azimgan		600.000
Índia, Raipur: para os órfãos		100.000
Índia, Madrasta: para a construção de uma pequena capela		1.000.000
Índia, Gauhat: motocicleta para a missão de Doomini		600.000
Índia, Gauhati: para o dispensário de Mawkhar- Shillong		1.000.000
Índia, Gauhati: para consertos nas construções danificadas em Manipur		600.000
Índia, Gauhati: para a hospitalização de um irmão		966.085
Israel, Nazaré: para a escola profissional		1.000.000
Timor: para as necessidades da missão		200.606
Vietnam: para o noviciado de Tram Hanh		600.000

ÁFRICA

Zaire, Lubumbashi: para cursos de formação dos leigos e catequistas	1.000.000
--	-----------

AMÉRICA

Chile: hospitalização de um irmão	1.120.000
Colômbia, Bogotá: para organizar a assistência aos meninos marginais	1.500.000
México, Guadalajara: para a obra social dirigida pelos Jovens Cooperadores	500.000
Paraguai: para os índios do Chaco	500.000
AUSTRÁLIA: Para a obra de Kimberley para a promoção social dos aborígenes	700.400
<hr/>	
<i>Total das quantias distribuídas entre o dia 18 de dezembro de 1973 e o dia 7 de março de 1974</i>	13.187.691
<i>Saldo em caixa</i>	388.064
<hr/>	
<i>Total em liras</i>	13.575.755
<hr/>	

c) MOVIMENTO GERAL DA SOLIDARIEDADE FRATETNA

<i>Somas que chegaram a 7 de março de 1974</i>	238.994.238
<i>Somas distribuídas na mesma data</i>	238.606.174
<hr/>	
<i>Saldo-Caixa atual</i>	388.064
<hr/>	

ERRATA CORRIGE

Nos precedentes "Atos do Conselho Superior" (n.º 273) ocorreu uma omissão. A página 53 (edição italiana) onde se faz o elenco dos Salesianos participantes da 103.ª Expedição Missionária, devem-se acrescentar as Inspetorias de Barcelona e Sevilha entre as que enviaram um irmão às Missões.

IV. ATIVIDADES DO CONSELHO SUPERIOR E INICIATIVAS DE INTERESSE GERAL

Por apenas dois meses o início de 1974 viu o Conselho Superior em sua sede. Os Conselheiros Regionais, que haviam voltado para o dia 15 de janeiro, partiram novamente em meados de março para visitar as Inspetorias.

As páginas que se seguem estão repletas de dados, talvez áridos em si, mas parece necessário apresentá-los, porque mesmo em sua esquematicidade manifestam a intenção explícita de realizar a união com os irmãos e a renovação pós-capitular, intenção vivida e querida com o mais vivo empenho.

1. As reuniões do Conselho

O Conselho Superior nos meses em que esteve completo desenvolveu atividade normal. Examinou os "relatórios" dos Regionais das visitas canônicas às Inspetorias, e dos outros Conselheiros que haviam participado de variados encontros com os irmãos. Tais relatórios serviram para descobrir os problemas de interesse geral, e para encontrar linhas comuns de solução. Apontaram-se as "experiências" de particular significado que se fazem em vários lugares.

Outros pontos tratados foram a animação missionária da Família Salesiana (que adquire particular importância na ocorrência do centenário das Missões, a aprovação do Regulamento dos Cooperadores, a distribuição das atividades do Conselho (dos diversos Dicastérios, e dos Regionais) para o período 1974-1975.

Para isso programaram-se as visitas dos Regionais nos seis quadrimestres disponíveis antes do próximo Capítulo Geral e os encontros com os Inspetores das diversas Regiões.

Além disso cada Superior e os Dicastérios levaram avante diversas iniciativas, na sede ou entre os irmãos.

Citamos aqui algumas delas.

2. Outras iniciativas do Reitor-Mor e do seu Conselho

Assinalam-se em primeiro lugar os Encontros, em pleno desenvolvimento, com os Inspetores das regiões. Desejados expressamente pelo CGE, colocam em diálogo todos os Inspetores de uma região "com o Reitor-Mor e alguns membros do Conselho Superior", a fim de "verificar como vai a atuação do Capítulo Geral".

O primeiro desses encontros realizara-se em outubro passado na Cidade do México (Cf ACS n.º 273, pág. 62). Outros dois tiveram lugar em Roma; em fevereiro reuniram-se os Inspetores ocidentais de língua inglesa, e em fins de março os da Europa Central.

Os encontros para as demais Regiões realizar-se-ão em abril e junho. Em abril, em Buenos Aires para a Região Atlântica da América Latina, com a presença do Reitor-Mor, do regional P. Vecchi, e dos PP. Viganò, Dho e Raineri. Em junho irão reunir-se na Casa Generalícia, com breve distância de tempo, os Inspetores da Península Ibérica e os da Itália e Oriente Médio.

Tais encontros proporcionam ao Conselho Superior a possibilidade de ampla visão panorâmica, e a cada Inspetor a oportunidade de expor os próprios problemas e de vê-los debatidos de forma autorizada.

O REITOR-MOR, após a longa viagem realizada em três continentes, permaneceu longo período na sede: somente no fim de março fez breve visita aos irmãos da Inspetoria de Bilbao.

O DICASTÉRIO PARA A FORMAÇÃO SALESIANA, promoveu a realização e encerramento do primeiro “curso quadrimestral de formação permanente” e a abertura do segundo curso, já em funcionamento. Preparou ao mesmo tempo o “Curso para os mestres de noviços”, também em andamento em março e abril. Prossegue a preparação do “Encontro Mundial dos Salesianos Coadjuutores” (dessas iniciativas dão-se notícias na secção “Comunicações” destes Atos).

De sua parte o P. Egídio Viganò participou de vários Encontros inspetoriais na França e na Itália, e presidiu o “Encontro de Dirigentes de Teologia dogmática” realizado na UPS nos primeiros dias de janeiro; foi muito bom e não deixará de produzir frutos concretos para os nossos centros de preparação ao sacerdócio. .

O DICASTÉRIO PARA A PASTORAL DA JUVENTUDE promoveu por sua vez, juntamente com a Faculdade de Ciências da Educação da nossa Universidade, o “Encontro Europeu sobre o Sistema Preventivo”, que se coroou de pleno êxito. O P. Juvenal Dho presidiu os “Dias de orientação vocacional” que se realizaram em Madrid no mês de janeiro. Por fim realizou-se na Casa Generalícia em fevereiro uma conferência sobre “A escola e a missão salesiana” orientada pelo perito P. Antônio Ferreira (de tais iniciativas falou-se também longamente neste fascículo).

No âmbito do DICASTÉRIO PARA A PASTORAL DOS ADULTOS houve diversas iniciativas. O novo Regulamento para os Cooperadores Salesianos recebeu a aprovação definitiva do Reitor-Mor e seu Conselho. O

Dicastério estuda ainda um subsídio para a “Oração do Cooperador Salesiano”.

A pesquisa sobre as Editoras Salesianas concluiu-se com um longo documento elaborado pelo “Ufficio Stampa Salesiano”, que foi nestes dias levado ao conhecimento das pessoas interessadas. Entre as indicações que surgiram, há a necessidade de um encontro dos Editores salesianos para estimular maior conhecimento, colaboração e intercâmbio recíprocos.

O Secretariado para a Comunicação Social distribuiu um questionário sobre “a informação salesiana e os instrumentos de comunicação social nas nossas comunidades”: estão chegando as respostas, e também dessa pesquisa surgirão indicações úteis para uma ação mais eficaz no futuro. Para melhor coordenar as iniciativas neste setor, — que Dom Bosco tinha em grande consideração — constituiu-se um “Conselho para a Comunicação Social”, que nestes dias faz as primeiras reuniões.

Também no setor das paróquias está-se preparando um encontro, para aplicação prática das prescrições do CGE a elas referentes.

O DICASTÉRIO PARA AS MISSÕES encerrou a coleta de dados relativos à necessidade de pessoal nas nossas Missões, dados que foram apresentados no n.º 1 das Comunicações. O Dicastério prossegue ainda na preparação de iniciativas para celebrar o já próximo Centenário das Missões Salesianas.

O DICASTÉRIO ECONÔMICO nas reuniões do Conselho Superior levou à execução quanto prescreve o artigo 197 das Constituições, definindo os limites de competência do Inspetor com seu Conselho para as operações econômicas previstas pelo art. 146 das Constituições. (Em “Disposições e Normas” deste fascículo publica-se a carta com que o Ecônomo Geral P. Pilla dá ciência aos Inspetores da decisão tomada).

OS CONSELHEIROS REGIONAIS permaneceram com exceção do P. Vecchi, na sede, que recebeu do Reitor-Mor a incumbência de fazer a visita extraordinária à Inspetoria da Venezuela.

O P. Flora, o P. Mérida e o P. Ter Schure haviam, nos últimos dias de dezembro, tomado parte, em Colônia, numa reunião sobre a situação dos jovens emigrados na Alemanha, para estudar um plano de atuação.

Em março o P. Ter Schure participou em Bruxelas de uma reunião de todos os Conselheiros Inspetoriais de língua do grupo francês para

tratar de vários temas, entre os quais a formação salesiana, a Família Salesiana, e uma nova apresentação do Boletim Salesiano.

No dia 23 de fevereiro, os Superiores fizeram todos juntos um dia de retiro com o Card. Garrone, que abordou o tema: “o que espera Deus do superior religioso hoje”. Foi uma intensa experiência de escuta e diálogo.

3. O programa dos próximos meses

Ao vasto quadro traçado faltaria acrescentar o riquíssimo programa dos próximos meses. Da metade de março até junho todo, período das visitas dos Regionais, os encontros se multiplicam e o trabalho se faz mais intenso.

Já se aludiu aos três próximos “Encontros com os Inspetores Regionais”, na Argentina e em Roma. Mas quase todos os Superiores têm em sua agenda longos itinerários. A começar pelo Reitor-Mor, que estará na América Latina de 16 de abril a 17 de maio. Primeira etapa, por alguns dias, no Equador (país que o Reitor-Mor já várias vezes sobrevoou sem jamais pousar). Segunda etapa na Argentina para o encontro com os Inspetores. Depois breves paradas no Uruguai, Brasil e Peru.

O Vigário P. Caetano Scrivo juntamente com o Ecônomo P. Ruggiero Pilla, o Regional P. Ter Schure e o Delegado para a Polónia P. Estanislau Rokita, nos dias 1 a 5 de maio estarão naquela nação para celebrar com os irmãos o 75.º aniversário da obra salesiana na Polónia.

O P. Viganò, o P. Dho e o P. Raineri, juntos, encontrar-se-ão com os diretores de quase todas as Inspetorias da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, em “Três Dias” especiais em que cada dia será dedicado aos problemas de um Dicastério. Esses três Superiores manterão também encontros com as diversas categorias de Salesianos empenhados no trabalho específico de seus Dicastérios.

O Ecônomo Geral P. Ruggiero Pilla presidirá em várias partes alguns encontros com os Ecônomos Inspetoriais.

Os Regionais continuarão nas visitas canônicas às Inspetorias: o P. Fiora na Inspetoria de Veneza; o P. Mélida em Madrid; o P. Ter Schure na Alemanha do Norte e na Holanda; o P. Williams em São Francisco e no Japão; o P. Henríquez nas Antilhas e no Chile.

Muitíssimas outras reuniões terão lugar nas várias Regiões, presididas pelos Conselheiros Regionais. E continuarão quase por toda a parte os Encontros Inspetoriais ou Regionais sobre o Salesiano Coadjutor.

V. DOCUMENTOS

1. Sobre o novo Necrológio Salesiano

Com a data de 5.1.1974 o Reitor-Mor enviou aos Inspetores a seguinte carta, com a qual lhes apresentou o novo Necrológio Salesiano.

Prezado P. Inspetor, nos próximos dias nosso "Ufficio Spedizioni" lhe enviará um número de cópias correspondente às comunidades da sua Inspeção, da nova edição do "NECROLÓGIO SALESIANO"..

Como poderá verificar, a nova edição apresenta-se com estas características:

- 1 — unifica os dois volumes atualmente em uso;
- 2 — acrescenta os nomes dos irmãos falecidos posteriormente até ao último elenco apresentado no n.º 272 dos Atos do Conselho (outubro-dezembro de 1973);
- 3 — distribui de maneira nova, dia por dia, os nomes dos irmãos cujo aniversário de morte ocorre, conforme o critério exposto nas "Advertências" que precedem o texto: convém levá-las em atenta consideração.

Para apresentação do novo "Necrológio", parece-me não poder empregar expressões mais significativas do que as contidas nos artigos 66 e 122 das Constituições renovadas: "Conservemos a lembrança de todos os irmãos que repousam na paz de Cristo. Trabalharam em nossa Congregação, e muitos ainda sofreram até o martírio, por amor do Senhor. Rezamos por eles. Sua lembrança é para nós estímulo para continuarmos com fidelidade nossa missão... "A lembrança dos irmãos falecidos une na caridade "que não passa" os que ainda são peregrinos aos que já repousam em Cristo".

Para atender concretamente a esse convite, o artigo 41 dos Regulamentos prescreve: "Cada comunidade tenha particular lembrança de todos os irmãos falecidos, em sinal de comunhão fraterna com eles. Para tanto, cada Inspeção estabeleça o momento oportuno para a leitura quotidiana do Necrológio, em prática comunitária".

Com essa prescrição confirma-se a leitura do Necrológio como prática comunitária, cabendo às Inspetorias tão somente a tarefa de estabelecer o momento mais oportuno.

Peço-lhe, pois, que se empenhe eficazmente para que todas as Comunidades se atenham a essa prescrição. Se não julgar oportuno que se leiam todos os nomes que ocorrem diariamente, pode dar instruções aos Diretores para que se leiam, além dos nomes postos no princípio e assinalados com asterísticos, os de uma ou mais “regiões” que tenham maior significado, por liames e motivos diversos, para a Inspetoria.

Meu apelo não quer ser apenas um convite a uma observância formal. Como tive oportunidade de assinalar numa concelebração em sufrágio dos irmãos defuntos durante o Capítulo Geral Especial, “uma sociedade, uma família, que voltam as costas à sua história e aos homens que as construíram, marcham para a dissolução em quanto cortam, por assim dizer, os canais de que receberam no fluir do tempo o conjunto de bens, de valores, de tradições pelas quais existem, vivem e agem”.

Envio-lhe uma afetuosa saudação e lhe asseguro, a toda a Comunidade Inspetorial, uma lembrança quotidiana no Altar, que estou certo haverá de retribuir pelas muitas necessidades da nossa Família.

Af.mo

P. LUÍS RICCERI

2. Mensagem do Reitor-Mor sobre o Centenário das Constituições

Em 31 de janeiro p. p., na festa de São João Bosco, o Reitor-Mor dirigiu da basílica de Maria Auxiliadora de Turim, Valdocco, uma mensagem aos Salesianos sobre o “centenário das Constituições Salesianas”, que a Rádio Vaticano repetiu e difundiu em dez línguas.

Eis o texto da Mensagem:

Hoje, festa do nosso Pai, desejaria que minha saudação fraternalmente afetuosa chegasse a todos os cantos da terra, a todo lugar onde trabalha para o reino de Deus um Filho de Dom Bosco.

Este ano de 1974 é já o portador de uma especial riqueza espiritual, pelo fato de celebrardes, também vós, em toda igreja local o Ano Santo, ano de reconciliação e de graça.

Para nós, Salesianos, este ano traz em acréscimo o convite a um renovado empenho: pois ocorre, o Centenário da aprovação das Constituições Salesianas, que ao nosso Pai, custaram um verdadeiro cal-

vário. Renovadas à luz do Vaticano II e na absoluta fidelidade ao espírito de Dom Bosco, elas não são um frio código legal de leis áridas, mas um caminho arejado e guia seguro para que cada um de nós viva alegremente, com o exemplo e com o coração de Dom Bosco, sua total consagração a Deus na doação total à juventude, hoje mais necessitada do que nunca.

Caríssimos, vivamos com amor generoso as Constituições renovadas: será esse o sinal concreto de nossa fidelidade a Dom Bosco e à nossa vocação na Igreja.

É essa a mensagem augural que tenho o prazer de vos enviar da basílica de Valdocco, de onde o nosso Pai vos abençoa a todos.

VI. DOS NOTICIÁRIOS INSPETORIAIS

O número dos Noticiários Inspetoriais (NI) de que até agora chegaram exemplares à Direção Geral subiu a 62 (portanto pelo menos seis inspetorias em sete o publicam). Apresentamos aos irmãos que os redigem com tanto empenho algumas considerações talvez não de todo inúteis.

Primeiramente sobre sua natureza e função: são “noticiários”, destinados, pois, sobretudo a “comunicar notícias”. Um ou outro NI contém ao invés principalmente estudos e documentos. Não parece esse o escopo. Como fazer? Quando se julgar útil levar algum estudo ou documento ao conhecimento dos irmãos, coloque-se como apêndice (no fim, ou à parte) após o verdadeiro noticiário propriamente dito.

Notícias a respeito de quê? Alguns NI abrem muito espaço à crônica miúda das comunidades e de cada irmão; outros NI são um compêndio das atividades e das decisões do Inspetor, do seu Conselho, dos vários Delegados. Qual das duas formas será mais útil para os irmãos? Parece ser o caminho intermediário, que abre espaço suficiente para ambos os tipos de informação (e é o processo de fato seguido pela maior parte dos NI, mas não por todos).

NI impresso ou poligrafado? Os NI impressos, é óbvio, apresentam-se muito melhor; mas em grande maioria os Inspetores escolhem a poligrafia, e parece melhor assim. Custa menos, prepara-se mais depressa, não cria complicações quanto ao número de páginas (que pode variar conforme a quantidade de notícias a comunicar). Além do mais, os NI não se publicam “para a história”, mas para difundir rapidamente entre amigos notícias que “se gastam” em breve tempo, e podem depois sem dramas acabar no cesto de papéis. É importante o NI? Escreveu o Inspetor de Córdoba (Argentina) ao entregar o primeiro fascículo de seu NI: “Não será a solução de todos os problemas da Inspeção, mas é um elemento construtivo a mais, posto a serviço de todos”.

1. Inspeção de León — A Escola de Pais

A “Escola de Pais dos Alunos do Colégio” é uma iniciativa da casa de Vigo (Espanha), que é apresentada aos irmãos “porque se pode realizar em outros colégios da Inspeção”. Eis em síntese

a circular informativa que a apresenta (NI de fevereiro de 1974, pág. 18-19).

A “Escola de Pais” é uma “escola” em que nós pais e educadores somos todos juntos mestres e alunos. E terá estas características.

1. Deve ser ativa. Nela os pais não “vêm” à aula mas são eles próprios a escola: são professores e alunos. Trata-se de participar e comunicar experiências, de refletir em comum. E tudo isso sob a orientação de um animador.

2. A Escola de Pais deve ser uma escola de vida. Não se trata de preparar os pais para o futuro, mas de treiná-los para o presente, e para a problemática de cada momento.

3. A Escola dos Pais propõe-se encontrar melhores soluções para os problemas comuns que dizem respeito a todos os pais e educadores. Problemas que sintetizados se enquadram nestes setores:

— problema de índole evolutiva (educação sexual, desenvolvimento intelectual, maturidade afetiva);

— problemas pessoais (menino tímido, angustiado, incapaz de atenção);

— problemas de relação social (meninos marginalizados, agressivos, desajustados);

— problemas sobre os sistemas pedagógicos (métodos ativos, a recuperação, tarefas para casa, técnicas de aprendizagem);

— problemas didáticos específicos (dificuldade do aluno na escrita, leitura, religião);

— problemas de índole familiar (ciúme, pais angustiadados, possessivos, fracos);

— problemas ambientais (o dinheiro para os meninos, influência do cinema, meninos e meninas);

— problemas de administração pública.

3. A Escola organiza-se à base de “grupos de aprendizagem”. Cada grupo forma-se com cerca de vinte componentes (sempre marido e mulher juntos, recomenda-se vivamente).

5. As reuniões de grupo são guiadas por um animador, que regula a comunicação das experiências e a reflexão sobre os pontos de interesse.

6. O programa desenvolve-se mediante técnicas ativas, como análises de casos, mesas redondas, projeções audiovisuais, discussões dirigidas, etc.

7. Estão previstas nove reuniões durante o ano escolar.

2. Inspetoria de Bogotá — “Exercícios”

Exercícios de muito empenho (retiros vivenciais), em moldes modernos, realizaram-se no estudantado teológico de Bogotá. Nesses exercícios para irmãos jovens, à oração e à reflexão pessoal, acrescenta-se a comunicação comunitária da experiência vivida.

Apresentamos dois pontos do longo relatório (que os interessados no problema dos exercícios espirituais lerão com proveito por inteiro no NI de janeiro de 1974, pág. 3-10).

O CRISTO QUE ANUNCIAMOS. Quarta-feira, projeção do filme “O Evangelho segundo Mateus” e leitura temática do mesmo. Estudou-se o Cristo que Pasolini apresenta, e as diversas maneiras de apresentar Cristo. Quinta-feira passou-se às experiências de cada um de nós sobre a pregação de Cristo. Anunciamos a Cristo, mas que tipo de Cristo pregamos? Estão em questão duas possibilidades: conversa-fiada ou testemunho.

Eis algumas intervenções dos participantes:

“Anuncio um Cristo baseado na liturgia da palavra: Cristo caminho, verdade, vida e luz do mundo”.

“Prego um Cristo doutrinal estudado na teologia... Deveria pregar um Cristo mais vital e experimentado”.

“Cristo usou uma linguagem ao alcance de todos. Os pequenos, os humildes, mostraram-se mais doutos do que os assim chamados doutos”.

“Eu prego um Cristo de ‘serviço’. Serviço, porque creio no evangelho, não creio em certa Igreja “institucionalizada”.

“Atitudes e palavras: duas maneiras de pregar”.

“Temos certamente um Cristo a pregar, mas às vezes a estrutura da comunidade me impede de pregá-lo”.

“Prego um Cristo que nos levanta, que é dinamismo, que não é paternalista, que é exigente com o homem”.

“Entre os pobres é que mais encontrei a Cristo, o Cristo que procuro comunicar a meu próximo”.

“No Ariari pregamos um Cristo salvador, libertador, promovendo o homem que não sabe trabalhar, que não sabe administrar...”.

REVISÃO DA EXPERIÊNCIA FEITA. No último dia, assembléia plenária avaliação do tipo de Exercícios espirituais de que se havia participado. Juízos:

“Foram uma grande experiência de comunicação”.

“O que produziu em mim maior efeito, foram as contribuições, as experiências de meus irmãos”.

“Ressalto a importância de concentrar-se num mesmo tema, e de partilhar a riqueza de experiências dos demais”.

“Creio que esse tipo de Exercícios é o que mais atende a nossas inquietudes: de busca, de autenticidade, de comunicação”.

3. Inspeção da Tailândia: Por que em Nong Hin o Aspirantado?

Onde construir o Aspirantado salesiano? A comissão encarregada, depois de não poucas discussões propôs a localidade de Nong Hin. Será interessante assinalar, na lista dos motivos que sugeriram tal escolha, os critérios práticos que a nortearam (NI de março de 1974, pág. 6).

Como futura sede para o Aspirantado, a Comissão encarregada sugere Nong Hin, localidade em que vive uma comunidade de 700 cristãos; os aspirantes poderão freqüentar as funções litúrgicas com a comunidade da paróquia.

Se o pároco julgar oportuno (e já expressou seu desejo nesse sentido) os aspirantes poderão trabalhar na organização paroquial.

Os aspirantes, como já estava previsto pelo Capítulo Inspeção, freqüentarão a escola salesiana de Banpong; ônibus do aspirantado, em 30 minutos.

A escola de Banpong (elementar, média, superior e pré-universitária, para internos e externos) juntamente com o oratório, a paróquia e diversas iniciativas locais, fornecerá aos aspirantes o conhecimento do ambiente dos jovens de hoje, e a possibilidade de fazer experiência.

A distância a ser percorrida todos os dias para ir à escola terá efeito positivo, se se explicar aos aspirantes que muitíssimos estudantes-operários, e todos os trabalhadores, devem todas as manhãs enfrentar essa fadiga e perda de tempo para dirigir-se a seu lugar de estudo ou de trabalho. Partilhar os incômodos e a fadiga dos irmãos é certamente positivo.

A comissão especial prossegue precisamente que o projeto foi apresentado com pormenores para que os irmãos possam ajudar com conselhos e sugestões: a comissão examinará em seguida as observações e proporá um novo plano que depois será apresentado a um arquiteto para que elabore definitivamente o projeto.

4. Inspetoria de Barcelona — Para os meninos, missa livre e alegre?

Em “carta a qualquer irmão salesiano” o Diretor do colégio de Mataró (Espanha) P. Manuel Puyol expõe as próprias experiências e seu ponto de vista sobre a “missa colegial” (extraído do NI de fevereiro de 1974 pág. 7-9).

Missa colegial. Colegial é algo de totalitário; a missa não. O “Colegial”, pode-se dizer, é algo triste; a missa não. O “colegial” é uma imposição da sociedade; a missa não. E não obstante todas essas antinomias, juntei os dois termos. Mas não por hábito ou tradição: a pedagogia de Dom Bosco e a nossa fidelidade exigem que nossas comunidades educativas tenham suas celebrações eucarísticas..

Isso é certo; as diferenças surgem com relação ao quando, ao como e ao por quê. Alguns defendem a evangelização à *outrance*, outros persistem numa linha sacramentária dominante como nos melhores tempos passados. Devemos ler e meditar em profundidade os documentos do nosso CGE e do Concílio.

O Concílio nos fala de “liberdade e caridade, direito dos meninos a serem estimulados antes de mais nada na ação litúrgica”. Eu consigo pôr juntas essas coisas somente se se oferecer aos educandos — com plena caridade e lealdade, porque é um direito deles — a possibilidade de participar livremente da celebração quotidiana que a comunidade educativa programou.

O CGE cita estas expressões de Dom Bosco: “Animar; dar como-didades; facilitar a frequência dos sacramentos; não obrigar nunca; agir de modo que os jovens se sintam espontaneamente atraídos pelos sacramentos, se aproximem deles de boa vontade, com prazer e com fruto”. Se Dom Bosco nos fala assim, concluir que, para ele, evan-

gelização e sacramentalização caminhavam *pari passu* (embora substratamente a sacramentalização pressuponha a evangelização).

Para concluir, acho que uma Casa Salesiana deve oferecer a seus educandos um serviço litúrgico quotidiano, para o qual se solicitará a adesão dos meninos, de forma livre, alegre e responsável.

Cada dia uma classe se encarrega de prepará-la? Ótimo!

Cada dia a presidência de um sacerdote diferente? Deus o queira!

E se alguma vez houver mais rapazes e outra menos? Prova evidente de que vão sem nenhuma pressão.

Mas fazer assim exige mais trabalho nosso, mais espírito e mais criatividade? Estamos na linha justa.

5. Notícias breves

DOIS ÍNDIOS SHUAR freqüentam a universidade: Chamam-se João Bosco Chau Mazuka e Ricardo Tangamashi. O primeiro freqüentou o "Colégio Pedro Vicente Maldonado" de Riobamba, e agora matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade Central; o segundo estudou no "Colégio Normal Dom Bosco" de Macas, e matriculou-se na Faculdade de Jurisprudência da Universidade Católica de Quito (NI do Equador, janeiro de 1974, pág. 6).

UM ENCONTRO DE TODOS OS NOVIÇOS de Caracas deu-se na casa salesiana de San Antonio de los Altos no dia 9 de janeiro passado: tomaram parte nele, juntamente com os salesianos, os noviços jesuítas, lassalistas e capuchinhos. Foi um primeiro encontro para se conhecerem, mas haverá outros obedecendo a um programa concreto. O acontecimento, simples em si, é ainda novidade (NI da Venezuela, fevereiro de 1974, pág. 13).

A JORNADA MISSIONÁRIA SALESIANA é o argumento de um fascículo especial preparado pela Inspeção Meridional (Nápoles, Itália). O fascículo contém: considerações gerais, uma celebração da palavra, comentários para a liturgia eucarística, a proposta detalhada de um "concurso missionário" para os rapazes. Muito prático.

VII. MAGISTÉRIO PONTIFÍCIO

1. Mais união para uma ação mais eficaz

Todos os anos, antes do início da Quaresma, o Papa recebe em audiência os sacerdotes de Roma dedicados à pastoral diocesana. Este ano, em 25 de fevereiro, Paulo VI falou-lhes sobre o tema "união e ação", convidando-os a constituírem uma comunidade eclesial mais unida para se realizar uma ação pastoral mais eficaz.

Qual será o tema do breve discurso preparado para esta ocasião?

Vamos responder imediatamente, com intenção de o resumir em poucas palavras. O tema é o binômio união e ação. Sim união e ação. Como vedes, ele não enuncia nada de novo e de original. Não é este o programa ordinário e tradicional do sacerdócio ministerial? Sim, mas prestai atenção à intensidade que desejamos infundir neste binômio, intensidade que deriva da urgência da caridade (cfr. 2 Cor. 5, 14), hoje especificamente necessária, tanto para a grande meditação teológica que o Concílio desenvolveu diante de nós falando do mistério da Igreja e da nossa salvação, como também para a situação crítica, ambivalente, negativa e positiva, da humanidade nos nossos dias. O ministério da Igreja não pode ser exercido com o ritmo relativamente uniforme e tranquilo do passado; deve ser intenso, repetimos, se quiser ser eficaz, assíduo, forte, sofrido, cheio daquele sentido pastoral que Jesus compenetra radicalmente de imanente espírito de sacrifício: "O bom Pastor expõe a sua vida pelas ovelhas" (Jo 10, 11).

União e ação, sob o impulso de uma dupla força concorrente: a graça do Senhor, da qual devemos ser sempre cultores ciosos e confiantes (cfr. Flp. 1, 20), e a nossa pobre e modesta, mas vigilante e nova boa vontade.

Uma virtude que hoje não é apreciada quanto devia ser

União. A menção desta pedra angular da vida eclesial, como todos sabemos, exige uma virtude que hoje não é apreciada quanto devia ser, mas que está e continuará a estar nos cânones constitucionais do seguimento e da imitação de Cristo, e da consistência indispensável, história e social, do Corpo místico, que é a Igreja, durante a sua

peregrinação no tempo. Referimo-nos à obediência, à cuja prática, marcada pelo espírito do Concílio e do Evangelho, e justificada, no exercício do poder que a exige, não por um espírito de domínio, mas de serviço, todos nós deveremos humilde e fielmente, retornar, se realmente amamos a autenticidade da vida cristã, e a possibilidade de tender para aquela aspiração suprema, que Jesus Cristo deixou, em forma de testamento, aos seus discípulos antes de se despedir deles, para ir ao encontro da sua paixão e da sua morte “que todos sejam um” (Jo 17, 21). Baste-nos esta simples alusão, para substituir a apologia, libertadora e ao mesmo tempo orientadora, que esta virtude exigiria de nós.

E, com a união, a ação

Que a ação constitua um dos capítulos fundamentais no conjunto dos deveres do clero, na hora presente, é conhecido de todos. O recente Congresso diocesano sobre a responsabilidade dos cristãos na promoção da justiça e da caridade pôs em evidência a necessidade de que o ministério pastoral integre a sua atividade cultural e social, com novas formas de assistência caritativa e social. Vemos a urgência deste objetivo e apreciamos os esforços que são envidados para o conseguir. A caridade deve ser solícita e inventiva; a justiça, corajosa e conclusiva. As necessidades ainda são muitas, e nós, que queremos ver, no próximo que sofre, Cristo que espera ser reconhecido e servido por nós, devemos multiplicar a nossa dedicação e a nossa habilidade para não decepcionarmos aqueles que exigem hoje o nosso interesse generoso e eficaz.

Mas, permiti que façamos algumas observações, que consideramos importantes e atuais, exatamente para a obtenção deste objetivo humano e cristão.

A primeira observação é a seguinte: que o nosso interesse caritativo e social não prejudique a nossa atividade propriamente religiosa, tanto na vida pessoal como na vida comunitária. O anúncio da Palavra de Deus e o ministério da Graça devem ocupar sempre o primeiro lugar, pela realidade dos seus valores religiosos e também para que se evite o perigo de que a sua falta torne árida a inspiração verdadeira e a indefessa energia moral, de que a atividade social cristã não pode ficar privada.

Segunda observação: este “primado do espírito” é-nos necessário para que nos conservemos dentro dos limites da nossa competência

religiosa (recordai o “dai a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César”). Por respeito à ordem temporal constituída, à qual devemos dar apoio e colaboração, sem, porém, pretender substituí-la, quando a necessidade do próximo não reclama a nossa intervenção de samaritanos. Não devemos igualmente consentir que a atividade religiosa seja instrumentalizada para finalidades temporais ou para objetivos utilitários.

Quando a contestação se torna antieclesial

Permiti que prossigamos, propondo à vossa consciência sacerdotal duas recomendações, a cuja textual observância está hoje ligada, em alguns casos, a vossa autêntica fidelidade a Cristo e à Igreja: sabeis ser realmente desapegados do dinheiro e das vantagens econômicas que derivam, por meio de hábeis e indevidas manobras, a atividade religiosa em vosso proveito; sabeis ser severos convosco mesmos, para manterdes transparente a pureza dos vossos costumes, interiores e exteriores (cfr. Mt. 5, 28), não cedendo, no vosso comportamento, à incoerente e talvez fatal permissividade, de que hoje, infelizmente, tanto se fala.

Depois, deveríamos falar do espírito de contestação, que se transformou numa forma epidêmica, anti-ecclesial, de crítica amarga e, muitas vezes, cheia de preconceitos, já convencional, que favorece um oportunismo demolidor, que não se orienta para a verdade nem para a caridade. Como pode desenvolver-se uma ação positiva, concorde, cristã, de um pluralismo ideológico que tem muito de livre exame e, por isso, desagrega a coesão da comunhão de fé, de amor de serviço e de unidade evangélica? Não dispersemos as forças da Igreja, não transformemos em modelo de um cristianismo renovado os princípios pseudo-libertadores, que tentaram dilacerar a “túnica inconsútil de Cristo” e que um difícil ecumenismo tenta recompor. “*Veritas liberabit vos*” (Jo 8, 22), diz o Senhor: a verdade, aquela que a Igreja guarda e ensina; e não as “*profanae vocum novitates*”, as opiniões correntes, muitas vezes de proveniência hostil, que não são absolutamente libertadoras, às quais algumas pessoas prestam servil obséquio, em vez de o prestarem à fé genuína.

A luz do Ano Santo

Desejaríamos que o Ano Santo, em cuja esfera já entrámos, nos ajudasse a superar esta situação psicológica e moral, que entristece

a Igreja, e nos oferecesse a dádiva daquela renovação e daquela reconciliação que, mesmo pelo que se refere a este fenômeno doloroso, é tão desejável. Confiamos em que o Senhor queira dar novamente à nossa comunhão eclesial a alegria de um sentido unívoco, fraterno, e solidário. E esperamos, com confiança, muita confiança, que todos vós nos ajudeis a obter este objetivo verdadeiramente profético.

União e ação. O Evangelho vivo e operante na Igreja de Deus, na nossa Igreja de Roma, exultaria imensamente com isto e reanimar-se-ia na consciência da sua missão de serviço e de exemplo perante toda a Igreja Católica, perante as Igrejas e comunidades cristãs que, embora separadas de nós, se encontram às portas do único redil de Cristo, e perante o mundo contemporâneo que, sabendo-o ou não, espera de nós este testemunho orientador.

2. Aprendamos a falar com o Senhor

Há quem se contenta em repetir poucas fórmulas sempre iguais, há quem julga que o homem, para ser verdadeiramente moderno não deve rezar. Pelo contrário, para ser autêntico, o homem deve pelo menos fazer a própria invocação, o lamento, o brado do bom ladrão que arrancou ao Cristo a salvação (Discurso de Paulo VI na audiência geral de 23.1.74).

O encontro religioso da humanidade com Cristo, isto é, com o Verbo de Deus feito homem, nos diz pessoalmente respeito. E é sobre este aspecto do mistério celebrado que devemos fixar agora a nossa atenção. Por outras palavras, devemos tornar-nos aptos a conversar com Cristo, e, por seu intermédio, com Deus; com aquele Cristo-Deus que, para se encontrar conosco, percorreu um caminho tão longo: desceu do céu. Em palavras simples: devemos aprender a falar com o Senhor, a falar ao Senhor. Um colóquio direto, nosso, sincero com o Senhor, constitui um género de oração particular: a oração pessoal.

Bastam umas poucas fórmulas sempre iguais?

Mas, levanta-se a pergunta: seremos capazes de uma oração pessoal? — Poderíamos responder, sem mais, que sim, se por oração pessoal, entendemos a recitação de algumas fórmulas de orações habituais que todos conhecemos e que, queremos crer, emprestam voz à nossa costumada observância religiosa: quem é que não reza um "Pai-Nosso" ou uma "Ave-Maria"? E não haverá, entre vós, quem reze

também, habitualmente, alguma oração no princípio e ao fim do dia? Além disso, há ainda muitas pessoas boas que rezam, todos os dias, o Terço e outras orações habituais, incluídas no programa do dia do bom cristão. E está bem; está muito bem: conservemos a prática destes atos religiosos elementares, como quotidiana tomada de consciência do nosso caráter cristão; como expressão da nossa fidelidade à concepção cristã da vida; como sinal da nossa religiosa reverência a Deus, para com quem desejaríamos cumprir o primeiro, que é o maior e o mais sintético mandamento religioso e moral, o do amor; como invocação do auxílio divino, sem o qual é insuficiente toda a nossa virtude de pensamento e de ação; enfim, como conforto para a fadiga quotidiana que nos acompanha no cumprimento dos nossos deveres. Repetimos: está bem que conservemos, metódica e seriamente, o hábito de rezar as orações quotidianas, com a simplicidade de criança que desejaríamos continuasse a decorar e a caracterizar a seqüência da nossa idade.

Mas, bastarão estas poucas fórmulas, sempre iguais e freqüentemente mais vocais que espirituais, para conferir à nossa existência o seu profundo significado religioso, o seu autntico e atual timbre espiritual, e a qualidade de colóquio pessoal e original com o mistério divino? Os que fazem sincera profissão dos próprios sentimentos religiosos notam bem que a esta breve oração convencional falta qualquer coisa. Notam que com muita facilidade ela se reduz a um ato meramente exterior a um encontro entre dois ausentes: Deus e o coração.

O homem "moderno" não reza?

E que diremos daqueles que, até de recordar-se deste encontro se desleixam, habituando-se a esquecê-lo, ou mesmo, entrados já, como costuma dizer-se, na "maturidade", não sentem dele nem o dever nem a necessidade? Uma simples sondagem sobre os hábitos religiosos da gente do nosso tempo revelar-nos-ia a triste realidade da total ou quase total ausência de oração pessoal em numerosíssimas pessoas. esquecidas ou já alheadas de qualquer expressão de religiosidade interior: almas apagadas, lábios mudos, corações fechados ao Amor, à Fé, às solicitações ou às urgências do espírito! E são muitas! Há quem afirme que o homem moderno é assim e deve ser assim: estranho à oração pessoal. Mas aqui há uma confusão de termos, entre homem moderno e homem autêntico. O homem autêntico, o homem verdadeiro, se é realmente moderno, isto é, consciente do valor

da sua progredida experincia cultural, operativa e social, não pode deixar de ser radicalmente religioso, que o mesmo é dizer essencialmente orientado para uma busca de Deus e para a relação com Deus, e, por isso, ávido e capaz de oração pessoal.

Deixemos, por agora, o grande tema da piedade religiosa, da devoção. Limitemo-nos a pôr o problema, tão importante no campo pastoral e psicológico, e tão delicado no campo espiritual e pedagógico: como é possível inculcar no ânimo da gente profana, não religiosa, e mesmo atéia, o impulso, a capacidade, a expressão exata de uma palavra dirigida a Deus, a Cristo e a Nossa Senhora?

Confiamos a vós, aos peritos na matéria, aos pastores, o estudo deste problema e a resposta para ele.. Só chamamos a atenção para a sua grande atualidade, de modo particular tendo em vista renovação religiosa e moral que o Ano Santo se propõe suscitar no povo do mesmo modo que nos ambientes já educados para a vida espiritual; e afirmamos, uma vez mais, que não se trata de um problema insolúvel: prova disso, temo-la em certa sensibilidade interior e até religiosa, que se encontra em alguns setores mais sérios e sensatos da juventude.

Invocação, lamento, grito

Seja-nos, sobretudo, permitido aludir à expressão brevíssima e momentânea da conversação do nosso espírito com Deus, a oração-centelha, a invocação quase explosiva, que pode desprender-se de uma alma: a jaculatória, como dirão as almas piedosas. Uma invocação, um lamento, um grito de alma podem também brotar de quem não se encontra preparado para o colóquio religioso; e este gênero de oração constitui uma fenomenologia interessantíssima nas crônicas do reino de Deus, a começar pela do chamado “bom ladrão”, que, com uma simples imploração obriga Cristo crucificado e moribundo com ele, a conceder-lhe a salvação: “Senhor, lembra-te de mim quando estiveres no teu reino”! E Jesus respondeu-lhe: “Em verdade te digo: hoje estarás comigo no paraíso” (Lc 23, 42-43). E concluímos, com o singular testemunho de André Frossard, que ainda vive, no seu livro intitulado “*Dieu existe, je l'ai rencontré*” (Deus existe, eu encontrei-O, Fayard, 1969).

Sim, é necessário recordar que no encontro a que nos referíamos, estão em causa duas pessoas: nós, que somos interlocutores eventualmente preguiçosos, tardos e renitentes; e Deus, que se adianta e que

nos ama, que é o primeiro a buscar-nos (1 Jo 4, 10), e que nos deslumbra com a sua luz misteriosa.

Uma surpresa: a graça é isso, precisamente! Deus queira que, na intenção de estabelecermos com Ele o nosso colóquio regular e filial, mas tantas vezes lento e renitente, esta surpresa da sua presença operante, também para nós esteja reservada.

3. Como viver a fé na sociedade de consumo dos bens

No Canadá, por iniciativa do Episcopado, há alguns anos que se vem desenvolvendo uma campanha de sensibilização chamada "Operação Armazém". A campanha este ano versa sobre o tema "Como viver a fé na sociedade de consumo dos bens". O Papa, em 10 de março p. p., pronunciou um discurso transmitido pelo rádio, em que ilustra o tema e elogia a singular iniciativa.

Falaram-nos da "Operação Armazém". Para nós é uma fórmula nova, e assim perguntamos: de que se trata? Trata-se — foi-nos respondido — de uma campanha de educação da fé, para os adultos organizada em Québec e encorajada pelo Episcopado canadense; desenvolve-se especialmente durante a quaresma, por meio de transmissões de televisão. Cada ano esta campanha propõe um tema de reflexão religiosa e moral, que interessa à vida moderna.

Vimos logo o caráter novo e genial dessa iniciativa. Convidados a participar dela e a dar o nosso estímulo, quisemos saber qual era o tema escolhido para este ano de 1974. Todos agora o conhecem: a atenção deste ano é levada a um problema de grande atualidade: "Como viver a fé na sociedade de consumo dos bens?".

Pois bem, desde o início da campanha nós nos sentimos no dever de exprimir a nossa satisfação, e portanto os nossos parabéns e estímulo para tal programa de atividade. E isto, antes de mais nada, pela finalidade proposta: a educação da fé nos adultos. Eis um fim que corresponde a uma necessidade constante da vida cristã, necessidade que é particularmente atual nesta nossa época.

Realmente a fé não deve apenas ser defendida nas suas expressões fundamentais e originais, mas necessita também ser confrontada com as ideologias numerosas, diversas, agressivas, e sedutoras que formam e invadem a atmosfera cultural contemporânea respirada pelos adultos.

Estes últimos são constrangidos a superar, no plano especulativo e prático, as não poucas dificuldades que se apresentam; e o pensamento cristão deve estar em condições de discernir o que há de

verdadeiro e de errado na mentalidade circulante, não só para conservar a integridade e a força da fé autêntica, mas também para descobrir nelas as energias que a tornam apostólica, isto é, capaz de expandir-se e levar a salvação à sociedade humana.

Enfrentando um desenvolvimento sempre crescente

Temos um segundo motivo para aprovar a presente iniciativa, no método escolhido para garantir-lhe um grande sucesso, colocando a seu serviço o prodigioso instrumento da rádio-televisão. É realmente o tema estabelecido para o "Armazém 1974" merece assim grande publicidade; e exatamente aí achamos um terceiro motivo — e decisivo — que nos leva a dar a essa iniciativa a nossa adesão, modesta e sincera.

Deseja-se na prática convidar os adultos de fé a uma reflexão, sob todos os aspectos muito importante: qual deve ser o comportamento de um cristão em uma sociedade dita "de consumo de bens", como é de fato — ou como, com todas as suas forças procura ser — a sociedade em que vivemos?

Poder-se-ia perguntar se isto constitui verdadeiramente um problema moral ou espiritual, desde que, por isso mesmo não se pode contestar o fundamento do esforço que a sociedade moderna faz para dominar as coisas criadas e torná-las úteis aos homens, para desenvolver os meios científicos e técnicos necessários à conquista da natureza e das riquezas ainda não aproveitadas, organizar o trabalho segundo formas coletivas e estruturadas que lhe confirmem um rendimento imenso, e para facilitar em seguida o consumo dos bens produzidos, com o fim de conservar a pressão necessária a todo o sistema produtivo ou de permitir ao homem usufruir sempre, com mais abundância e facilidade dos frutos da organização, magnífica e gigantesca, criada mesmo para tal fruição.

Não é uma boa coisa este programa da atividade humana? Não é uma vitória do homem moderno? Por que deveria o cristão apresentar problemas e objeções a este plano geral de civilização, à vista de um desenvolvimento sempre crescente?

O homem não vive só de pão

Meus queridos ouvintes, fazemos um apelo à vossa inteligência e à vossa fé. Daremos uma resposta adequada a tal pergunta, porque

essa não é simples. Ela levanta uma quantidade de problemas que uma reflexão atenta e honesta não tarda a descobrir. A resposta, ser-vos-á dada pelos entendidos no argumento. Nós apenas vos exortamos a escutá-los e a analisar, no mais profundo de vosso íntimo, as considerações que se referem ao relacionamento entre fé e riqueza, entre vida cristã e vida de consumo na superabundância dos bens terrenos, entre a atividade egoísta e atividade dirigida para o bem comum, entre justiça legal e profana, e justiça social e cristã, etc.

Compreendereis facilmente que uma concepção da vida baseada sobre o triunfo da vida econômica não pode ser nem exclusiva nem predominante, exatamente porque, sob o aspecto deslumbrante da abundância e do bem-estar, ela esconde uma carência intolerável dos bens necessários e superiores.

Lembremo-nos sempre das palavras de Jesus Cristo a este respeito: “Não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus” (Mt 4, 4). O Senhor não nega a necessidade do pão material, ou seja, a utilidade, indispensável, dos bens terrenos e econômicos; ele contesta a suficiência e prioridade deles como valor, e afirma que só a mensagem espiritual — a palavra de Deus, isto é, a ordem sobrenatural brotada da fé — pode verdadeiramente saciar a fome de verdade e de vida que é própria do homem.

Pode surgir aqui uma fácil ilusão. Sim, é a ilusão muito difundida de que a posse dos bens econômicos, e a fruição dos prazeres que essa possa proporcionar, venham a satisfazer as aspirações humanas a uma felicidade razoável. O que era o meio transformou-se no fim; e desde que o fim da vida transcende o nível dos bens temporais, quem confia nestes toda a esperança da nossa existência vem a falir nos seus cálculos, trai o homem e perde a conquista do cume supremo, isto é o Deus vivente.

Cuidemos, pois, atentamente de situar com exatidão nossa mentalidade no balanço da sociedade de abundância econômica e dos bens de consumo, na qual o mundo moderno busca manifestar-se.

Seremos breves.

Refazer a escala dos valores

Em primeiro lugar devemos refazer em nosso espírito a escala dos valores. Também neste ponto, o ensinamento de Cristo deve ser a luz para nós. Ele afirma: “Buscai antes o reino de Deus e a sua justiça, e tudo o mais vos será dado de acréscimo” (Mateus, 6, 33). E ainda: “A vida de um homem não depende dos bens que ele possui”

(Lc 12, 15). Disto concluímos duas coisas: não é tanto a posse dos bens temporais que é preciso procurar de preferência, mas o bom uso que deles fazemos. E por conseqüência, devemos restaurar em nós um certo espírito ascético a respeito de tais bens, em outras palavras, dominá-los, administrá-los em função do bem da vida em seu conjunto; a vida cristã que nos educa a este domínio de nós mesmos, a esta liberdade sobre a abundância temporal, introduz-nos também nos segredos morais e espirituais da moderação, da renúncia e até da pobreza: Não podemos esquecer a apologia da “pobreza de espírito” se quisermos ser discípulos do evangelho.

E isto nos sugere uma segunda exortação: vamos agir de modo que o nosso estilo de vida possa merecer o título de cristão. Eis a nossa oração bíblica a este respeito: “Não me concedais, ó Senhor, nem a miséria, nem a opulência, mas o necessário para viver” (*Provérbios* 30, 8).

A sobriedade, a simplicidade, a modéstia no estilo de vida deveriam ser as características de um modo cristão de vida.

Daí resulta outra conclusão: pensemos nos outros. Um bem-estar, reservado só a nós, não nos pode tornar felizes. O pensamento daquele que não tem, que sofre, que está condenado a uma inferioridade social e econômica sem remédio, não nos permitiria gozar do nosso bem-estar no ócio e na satisfação, especialmente se nesse sentido nós dispomos de reservas supérfluas. O senso da solidariedade cristã deve ser ativo em nós. A compreensão das necessidades alheias não deveria jamais coexistir em nós com um egoísmo negligente. As iniciativas da caridade individual e social, tanto para com os próximos como para os que estão longe, devem em nós estimular a obrigação, diz São Paulo citando uma frase de Jesus: “Há mais alegria em dar do que em receber” (*Atos* 20, 35).

Certamente que vos são muito familiares estas propostas cristãs.

Não são, porém, dignas de serem meditadas profundamente agora que entramos no “armazém” do renascimento espiritual e cristão que é o Ano Santo?

Assim seja para vós, queridos irmãos que tendes a nossa estima, e vós filhos e amigos todos que nos ouvis.

4. Uma nova mentalidade depois da época do bem-estar

Em 3 de fevereiro passado, Paulo VI, antes de rezar o “Angelus” com os fiéis reunidos na Praça São Pedro, formulou um significativo

juízo sobre a nova situação em que se encontram hoje os homens com o chamado "retorno à austeridade".

Para que se habituou a consultar o relógio dos tempos históricos em que se desenrola a vida do mundo, chegou o momento de cair na conta de que o tempo do bem-estar, que quase nos acostumáramos a esperar e a gozar, se alterou. E para quem se vinha ajeitando a um programa de vida cômica, de alegria abastadas perspectivas deixaram de ser róseas. Não é que tenha passado a era do progresso, o qual pelo contrário, promete novos desenvolvimentos. O que passou foi uma ilusória concepção de existência moderna, fácil, feliz, centrada na riqueza possuída ou a possuir, alheia à fadiga à paciência, ao esforço, à parcimônia, e sobretudo alheia à busca e à estima dos bens interiores e espirituais.

Separáramos do ideal sempre primeiro da liberdade, o ideal complementar, intrínseco e não menos fundamental, do dever.

Fizéramos da vida social um campo de luta sem trégua e sem amor. Tornáramo-nos orgulhosos e não raro mesmo ferozes na reivindicação dos direitos pessoais e particulares, esquecendo tantas vezes o interesse desinteressado pelo bem comum, pela unidade e pela força de uma verdadeira sociedade que possa ser definida como Povo. Impugnáramos demasiado freqüentemente as nossas instituições históricas e cívicas, para nos desembaraçarmos da molesta obediência à lei, à autoridade e à ordem civil.

E agora, delinqüência, espantosamente difundida, como afirmam as pessoas competentes, parece haver-se tornado uma arte organizada e rendosa, embora, e diríamos felizmente, também arriscada e sempre ignóbil. A licenciosidade dos costumes é apresentada como nota elegante de educação moderna; e a contestação, como um fato de coragem atrevida. E: *quis custodiet custodes?*

Como poderá a convivência democrática resistir e manter-se boa e verdadeira, se se encontra corroída pela ausência sistemática de princípios absolutos, e se uma secularização esterilizante de critérios morais imperativos lhe tirou todo o vigor?

Os jovens começam a notar uma certa insuficiência do sistema demasiado empírico da nossa mentalidade social. E, alguns agitam-se; outros refletem.

Pode ser que esta pausa nada breve de austeridade, venha a fomentar uma reflexão comum, e a sugerir um propósito mais solidário e positivo de concórdia, de laboriosidade, de promoção social. O nosso

espírito religioso, que funde o sacrifício com o amor, deveria ajudar-nos a concorrer para o esforço de uma boa recuperação!

Que a oração sustente esta nossa confiança.

5. O esporte, escola de virtudes humanas

Em 30 de janeiro deste ano o Papa recebeu em audiência um time de jogadores de futebol, e lhes fez algumas reflexões sobre o esporte, simples e profundas, que nós, Salesianos, deveríamos meditar com os nossos jovens.

O nosso ministério pastoral, que nos põe em contacto direto e contínuo com as multidões de peregrinos e com todas as expressões da vida do mundo moderno, oferece-nos muitas vezes ao ano uma bela oportunidade como a de hoje: um encontro, espontâneo e paterno, com atletas de diversas denominações e especializações, que vêm, com seus dirigentes esportivos, trazer-nos o testemunho de seu afeto e de sua devoção. A nossa alegria é, como podeis imaginar, sempre grande em tais ocasiões(...).

Ressaltamos a dignidade das atividades vossas. O esporte, mesmo quando aproveitando apenas o tempo livre, não é uma atividade secundária, de modo especial hoje, mas deve ser uma escola de educação e de respeito. Nosso Predecessor Pio XII, falando aos participantes do Congresso científico nacional do Esporte, em 8 de novembro de 1952, num discurso que deveria ser lido e meditado por todos que, como vós, se dedicam às competições de lutas, salientou que “quando se respeita o conteúdo religioso e moral do esporte, este se insere na vida do homem como elemento de equilíbrio, de harmonia e de perfeição, e como válido subsídio no cumprimento dos outros deveres seus” (*Discursos e Radiomensagens*, XIV, p.p. 389-390).

Estas palavras sintetizam o valor global do esporte, e portanto também do vosso, como um meio de elevação de todo o homem, nos seus componentes estéticos, éticos e religiosos: ele é de fato, se realmente exercitado, uma grande escola de “treinamento” das virtudes humanas, que são o pedestal insubstituível para aí se edificarem, com o auxílio de Deus, as virtudes cristãs.

Vede-o, pois, assim considerai-o assim e tratai de praticá-lo, assim sempre — são os nossos votos.

Nós vos seguimos com paterna benevolência, vos prometemos e garantimos nossa oração e vos concedemos a vós e aos vossos queridos a nossa bênção.

VIII. NECROLÓGIO

P. Carlos Van Averbeke

* em Schaerbeek (Brabante — Bélgica) 2-12-1902, † em Tournai (Bélgica) com 70 anos, 42 de profissão, 34 de sacerdócio.

Conservou o espírito da infância, e sentida necessidade de viver em atmosfera de calor humano. Mas em sua vida dominaram as virtudes fortes, próprias de um padre: sua piedade foi edificante, e cheio de solicitude pelas almas seu trabalho pastoral. Muitos foram amparados por ele em momentos difíceis. A muitos indicou, com suavidade e firmeza, o dever a cumprir.

P. Júlio Babirák

* em Rackeve (Hungria) 30-11-1889, † em Pannonhalma (Hungria) 12-1-1974, com 84 anos, 59 de profissão, 47 de sacerdócio.

O amor à Igreja, o pensamento do Paraíso, a fé em Cristo Eucarístico, a oração pelas intenções do Papa foram as constantes de seu sacerdócio. Talvez para premiar seu zelo, Nosso Senhor quis chamá-lo justamente durante a celebração da Missa da qual participava em seu leito de dores, na enfermaria do hospital em que passou seus últimos anos.

P. Alberto Barbanti

* em Pisignano-Cervia (Ravenna-Itália) 15-12-1913, † em Módena (Itália) 10-4-1973, com 59 anos 43 de profissão, 33 de sacerdócio.

Respondeu à vocação com o ardor de sua alma *romagnola*. Seu sonho era educar a juventude por meio da escola. Laureou-se e foi professor em diversos Institutos salesianos e na Universidade de Módena, durante vários anos. De saúde precária, passou os últimos vinte anos no quarto e em diversos hospitais no meio dos sofrimentos, dos livros e da oração, aceitando a missão difícil de salvar a juventude por meio da dor.

Coad. Emídio Berni

* em S. Romano-Mozzano (Luca — Itália) 15-3-1919 † em Maggiano (Luca-Itália) 12-6-1963 com 54 anos, 26 de profissão.

Caráter aberto e expansivo. Trabalhou em muitas casas salesianas na Itália como sacristão. Sabia adornar as igrejas com verdadeiro

senso artístico. Aceitou com fé a dolorosa doença que rapidamente o levou ao túmulo.

D. José Borgatti

* em Buenos Aires (Argentina) 15-9-1891 † em Viedma (Argentina) 26-10-1973, com 82 anos, 65 de profissão, 57 de sacerdócio. Foi Diretor por 6 anos e Bispo de Viedma por 20 anos.

Nasceu de família profundamente religiosa. Depois do ginásio, entrou em nossa casa de Bernal, onde encontrou aquele grande educador de salesianos que foi Dom Esandi. Ordenado padre em 1914, distinguiu-se pelas maneiras bondosas e pacientes, e por excepcionais dotes de organização e de governo.

Ao ser erigida a diocese de Viedma, o primeiro Bispo, D. Esandi, o quis a seu lado como vigário geral. Pela riqueza de dotes humanos e sacerdotais, pelo zelo e pela bondade esclarecida, mereceu suceder ao seu Bispo. Ergueu o seminário e o palácio episcopal. Obteve a transladação do corpo do Card. Cagliero de Roma para Viedma, introduziu a causa de beatificação do jovem índio Zeferino Namuncurá, que agora é venerável. Ordenado e metódico, anotava diligentemente tudo o que devia fazer. Em sua agenda, no dia 26 de outubro, ele escreveu: "15.30 horas: reunião episcopal". Foi talvez a primeira vez que faltou a um compromisso: 15 minutos antes, com o Rosário na mão, partira para o encontro com Deus.

P. Mário Borsani

* em Castellanza (Varese-Itália) 11-9-1912, † em Maroggia (Cantão Ticino Suíça) 27-11-1973, com 61 anos, 36 de profissão, 26 de sacerdócio.

Foi operário especializado numa tecelagem de Milão. Em 1935 entrou em Ivrea como aspirante missionário. Partiu para a Tailândia em 1936. Ordenado padre, desenvolveu nesse país diversas atividades, até que teve que voltar à pátria, por causa da doença que o levaria ao túmulo. Seus pensamentos eram sempre para as missões. Estava sempre a excogitar iniciativas em prol das obras missionárias.

P. Francisco Both

* em Győr (Hungria) 19-12-1921, † em Turim, hospital (de Foglizzo) 24-1-1974, com 52 anos, 35 de profissão, 25 de sacerdócio.

Apesar da doença que o consumia lentamente, procurou sempre dar-se totalmente aos jovens no ministério sacerdotal, em casa e fora de casa.

Nosso Senhor colheu-o no campo de trabalho. Dias antes, como que tendo um pressentimento, escrevera a seus irmãos religiosos estas palavras: “Nosso Senhor poderá chamar-me de um momento para outro. Ajudem-me. Estou feliz por morrer como salesiano e sacerdote”.

Coad. Lourenço Brogliato

* em Vicenza (Itália) 12-2-1918, † em Verona (Itália) 26-8-1973, com 55 anos, 38 de profissão.

Passou grande parte de sua vida no Instituto onde, nos anos 30, tinha estudado, e onde tinha amadurecido a sua vocação. Deixou-nos como herança preciosa estas características: fidelidade a Dom Bosco (a quem amava na Congregação, nos irmãos salesianos, nos jovens, nos ex-alunos), amor ao trabalho (sendo serviçal e generoso para com todos), zelo inventivo em ajudar as missões; contato contínuo e apostólico com os ex-alunos.

P. Félix Caon

* em Arsego, em San Giorgio delle Pertiche (Pádua-Itália) 5-11-1891, † em Albare de Costermano (Verona-Itália) 5-10-1973, com 81 anos, 52 de profissão, 46 de sacerdócio.

Era estimado pela sua simplicidade cordial; a paciência no meio dos contínuos sofrimentos; o sorriso perene nos lábios; a fé comunicativa, que não deixava ninguém sair de perto dele acabrunhado, mas sempre reconfortado; a preocupação pelas vocações, pelas quais rezava e oferecia seu sofrimento; o zelo incansável pelos cooperadores; um profundo senso humano e cristão, sacerdotal e salesiano, que dava calor à sua palavra. Rezava sempre a Dom Bosco pedindo que não lhe acontecesse morrer fora da casa salesiana. Dom Bosco o escutou.

P. Bronislau Chodanionek

* em Premiany (Polónia) 17-11-1910, † em Kisziniew-Moldávia, URSS, 25-11-1973, com 63 anos, 40 de profissão, 32 de sacerdócio.

Trabalhou durante muitos anos no apostolado paroquial, e foi também professor em escolas lituanas. Em 1949 foi para a capital da Moldávia onde ficou até a morte, como único padre para quase quatro milhões de almas, doando-se com exemplar sacrifício sacerdotal. Teve sempre um grande amor à Congregação. Sentia saudade da vida de comunidade que não podia ter. Nosso Senhor o chamou para sua Casa no dia de Cristo Rei.

P. Roque Cillis

* em Pietragalla (Potenza-Itália) 14-3-1911 † em Nápoles (Itália) 5-11-1973, com 62 anos, 41 de profissão, 33 de sacerdócio.

Passou a sua vida, salesiana na Colômbia, deixando exemplos luminosos de zelo missionário, de trabalho incansável e de genuína bondade.

P. João Colombo

* em Sacconago de Busto Arsizio (Varese-Itália) 13-2-1904, † em Milão (Itália) 1-11-1973 com 69 anos, 45 de profissão, 36 de sacerdócio.

Dedicou seu otimismo e serenidade principalmente para os emigrantes italianos no Oriente Médio, onde passou a maior parte da sua vida salesiana. Uma doença grave levou-o progressivamente à quase completa cegueira, arrancando-o de suas atividades missionárias. Consagrou-se então ao ministério das confissões, que a sua capacidade cristã de sofrer potenciou e purificou, numa dimensão verdadeiramente "pascal".

P. Venceslau Dolezal

* em Ostrava (Checolováquia) 23-7-1907, † em São Salvador (El Salvador, América Central) 13-11-1973 ac 66 anos, 46 de profissão, 36 de sacerdócio. Foi Diretor por 7 anos.

Salientava-se nele o grande espírito de mortificação, a completa dedicação e fidelidade ao trabalho, a maneira fraterna e cordial de acolher a todos, a doce fortaleza no sofrimento. Ultimamente consagra-se com solicitude exemplar ao ministério das confissões em diversas comunidades salesianas.

P. Maximiliano Francoy

* em Arascué (Huesca-Espanha) 29-10-1904, † em Madri (Espanha) 20-1-1974 com 69 anos, 49 de profissão, 43 de sacerdócio. Foi Diretor por 20 anos e por 6 Inspetor.

Dedicou-se à Congregação como a uma pessoa real e viva, e viveu incondicionalmente a serviço dos princípios salesianos. Austero na pobreza, a quilômetros de distância das vaidades do mundo, modelo de obediência, sempre no meio dos meninos à maneira de Dom Bosco,

claro e ordenado nas aulas. Estudou Dom Bosco a fundo, e, convicto da validade dos seus valores, defendeu-os com firmeza e sacrifício.

P. Isidoro Gabino Fueyo

* em Gijón (Oviedo — Espanha) 15-5-1902, † em Buenos Aires (Argentina) 4-12-1973 com 71 anos, 52 de profissão, 44 de sacerdócio. Foi Diretor por 6 anos.

Verdadeiro filho de Dom Bosco, dedicou a sua vida à educação e assistência dos alunos internos. No meio deles passou a maior parte dos seus 52 anos de apostolado salesiano. Participou de seus jogos e da sua vida. Quando a doença limitou-lhe as atividades, continuou a estar presente no recreio dos meninos com a amável vigilância do assistente salesiano. Por tanta dedicação, os alunos lhe queriam bem e retribuía reconhecidos.

P. Pedro Garbin

* em Saletto di Montagnana (Pádua-Itália) 7-3-1907, † em Forli (Itália) 9-10-1973 com 67 anos, 46 de profissão, 39 de sacerdócio. Foi Diretor por 12 anos.

Veio do seminário para a vida salesiana, fascinado pela leitura da vida de Dom Bosco. Seu zelo sacerdotal brilhou em Forli, onde fundou e dirigiu por vários anos a obra salesiana da cidade. Soube conquistar o afeto e a admiração de toda a população, especialmente durante os anos difíceis da segunda guerra mundial. Foi vigário em diversas casas, e viveu os últimos anos de sua vida na sua Forli, ao lado da igreja que ele reconstruiu penosamente depois da destruição da guerra.

P. Felipe Garegnani

* em Somma Lombardo (Varese-Itália) 24-8-1903; † neste mesmo lugar 21-9-1973, com 70 anos, 41 de profissão, 33 de sacerdócio.

Passou sua vida salesiana no Oriente Médio, onde cuidou com carinho dos filhos dos italianos no exterior. Era um homem simples, sempre disposto a sorrir, dedicado a seus deveres de professor e educador. Viveu seus últimos anos na casa de Vendrogno (Como), cultivando uma intensa correspondência com personalidades civis, ex-alunos, amigos, conhecidos de terra de missão, continuando até o fim o seu trabalho apostólico eficaz.

P. Mário Ghiglieno

* em Saluzzo (Cuneo-Itália) 18-6-1885, † em Cúneo 3-1-1974 com 88 anos, 48 de profissão, 44 de sacerdócio.

De inteligência muito vivaz, laureou-se com nota máxima em química e foi durante muitos anos assistente na Faculdade Universitária. Em seguida teve carreira rápida como técnico no ramo industrial. Durante a longa doença da mãe, cega e paralítica, esteve a seu lado com dedicação admirável. Quando esta veio a falecer, deixou tudo para entrar na Congregação. Tinha 38 anos. Desde então foi-se delinheando sua figura inconfundível de professor exato, entusiasmado, estimado; de sacerdote salesiano zeloso, sensível, rico de valores humanos.

Coad. Constantino Gil

* em Fancewicze (Polónia) 1-10-1897, † em Lodz (Hospital) (Polónia) 20-10-1973, com 76 anos; 43 de profissão.

Entrou na Congregação já com trinta anos de idade, como técnico mecânico. Trabalhou em diversas casas exercendo a sua profissão com grande espírito de sacrifício. Distinguiu-se pela retidão de consciência e senso de responsabilidade. Era humilde e simples, sem pretensões e disponível para todos os que dele necessitassem. Foi exemplar no trabalho, que não largou nem mesmo quando a saúde tornou-se bastante precária. Expirou sorrindo e repetindo que estava voltando para a Casa do Pai.

P. Francisco Godard

* em Grezailles (Loire-França) 7-5-1917, † em Genebra (Suíça) 15-11-1973, com 56 anos, 36 de profissão, 12 de sacerdócio.

A sua vida foi marcada pela doença durante mais de 30 anos. Sua fé inabalável foi para todos os que viveram a seu lado um encorajamento e um sinal evidente da ação de Deus no meio dos homens. Ele fez ressurgir em muitos a esperança e a coragem de viver. Tendo vivido durante tantos anos intimamente unido ao Cristo sofredor, foi colhido pela morte bem preparado.

Coad. Benjamim Gulitta

* em Vallenoncello (Pordenone-Itália) 29-5-1914, † em Legnago (Verona-Itália) 27-2-1973, com 58 anos, 39 de profissão.

Exerceu a arte culinária com talento, habilidade e diligência. Sempre com aquele sorriso aberto e sereno, a piada arguta; disponível e pronto para qualquer serviço. No tempo livre, estudava a sua parte de teatro, revelando-se como ator brilhante e aplaudido.

Coad. Voitecho (= Adalberto) Krzyzanowski

* em Nenadowa (Polónia) 17-10-1903, † em Sololów Podlaski (Polónia) 11-7-1973, com 69 anos, 49 de profissão, 39 de sacerdócio.

Passou grande parte da sua vida nos nossos aspirantados como professor de latim. Foi também vigário e capelão das irmãs. Sua saúde não era boa, mas não recusava nenhum trabalho. Nas aulas era exigente, mas muito paciente e benévolo. Sabia perdoar logo as faltas, encorajava e ajudava com prazer os meninos menos capazes. Pelas suas maneiras paternais, mereceu de seus alunos, que lhe queriam bem, o apelido de “Magistrunio” (Mestrinho).

P. Atilio Lazzaroni

* em La Spezia (Itália) 2-4-1886, † em Loreto (Ancona-Itália) 27-6-1973, com 87 anos, 70 de profissão, 59 de sacerdócio. Foi Diretor por um ano.

Quando era ainda criancinha, nos braços da mãe foi acariciado e abençoado por Dom Boscó, que invocou sobre ele a proteção de Deus. Caráter forte, coração sacerdotal, salesiano aberto. “Da amizade ao compromisso” era seu programa de ação. Para realizá-lo reuniu grupos numerosos de ex-alunos qualificados e afeiçoados, e guiou em direção ao Senhor um pugilo de sacerdotes salesianos e diocesanos. Chegou ao termo de sua vida com extrema lucidez; manifestou o desejo de que não lhe falassem mais de coisas terrenas, mas só das coisas do céu.

P. Edmundo Lucioni

* em Castiglione Olona (Varese-Itália) 2-9-1897, † em Varese 16-12-1973 com 76 anos, 51 de profissão e 45 de sacerdócio. Foi Diretor por 6 anos.

Iniciou os estudos no seminário diocesano; depois da primeira guerra mundial, entrou na Congregação Salesiana. Ordenado de sa-

cerdote partiu para o Japão, onde permaneceu por nove anos. Para lá voltou mais tarde após a segunda guerra mundial, mas por pouco tempo, por causa da saúde instável. Dedicou então sua vida à assistência dos doentes, para os quais organizou em Varese o "Centro dos Voluntários do Sofrimento". Nosso Senhor o chamou improvavelmente no fim de um dia intensamente dedicado aos doentes.

Coad. Santo Marogna

* em Grezzana (Verona-Itália) 4-7-1930, † em Verona (Itália) 15-10-1973 com 43 anos, 26 de profissão.

Era o homem da discreta presença. A sua atividade que aparecia pouco, era "como o punhado de fermento escondido em três medidas de farinha". Dotado de verdadeiro espírito salesiano, nunca recusou um trabalho. Não tolerava atitudes de quem quisesse passar por vítima, nem críticas, nem discussões inúteis. A sua modéstia e paciência no sofrimento eram tão naturais que se tornava difícil saber se o que lhe pedia era pesado ou não.

Cl. Germano Martinez

* em Bogotá (Colômbia) 11-4-1948, † em Ipswich (USA) 30-6-1973, com 25 anos, 5 de profissão.

Os pais instilaram-lhe uma fé viva e ele a vivia em plenitude, generoso e sacrificado com o próximo. De boa vontade participava de encontros de oração e voltava sempre retemperado no bem. Modelo de piedade e de alegria. Todos lhe queriam bem. Morreu em acidente de trânsito. Do céu alcançará para a Congregação muitas vocações semelhantes à sua, fortes, sinceras, iluminadas, perseverantes.

P. José Mascarino

* em Trezzo (Alexandria-Itália) 18-3-1889, † em Turim 23-11-1973 com 84 anos, 65 de profissão, 53 de sacerdócio.

Já perto da solenidade de Cristo Rei, compareceu perante Nosso Senhor para receber o prêmio do seu humilde e generoso serviço, prestado na escola como professor elementar por 30 anos, na administração e nos trabalhos pastorais. Em várias casas da Inspetoria, especialmente em Cuornè, trabalhou com indefessa energia. Depois aceitou

de Nosso Senhor o sofrimento, oferecendo-o para o crescimento da Congregação.

P. Tiago Musante

* em Buenos Aires (Argentina) 18-12-1898, † em S. Luís (Argentina) 31-12-1973 com 75 anos, 58 de profissão e 49 de sacerdócio. Foi por 36 anos Diretor.

Ainda moço ocupou cargos de grande responsabilidade na comunidade inspetorial, e por muitos anos dirigiu com prudência diversas comunidades, também casas de formação. Estudou e propagou sem descanso a espiritualidade salesiana. Suas características foram o espírito de trabalho, a disponibilidade que não se poupava e uma terna devoção a Maria Auxiliadora. Modelo de religioso na prática dos conselhos evangélicos, sacerdote sempre e em toda parte, como queria Dom Bosco, deu-se todo com zelo e constância à prática do ministério.

P. Luís Oldano

* em Viarigi (Asti-Itália) 22-7-1883, † em Alassio (Savona-Itália) 11-7-1973 com 90 anos, 72 de profissão e 59 de sacerdócio. Foi Diretor por 17 anos.

Passou a maior parte da vida em Alassio, onde trabalhou com espírito incansável como catequista e professor. Apreciadíssimo e benquisto pelos alunos por causa do ensinamento cheio de eficácia, salesiano dos primeiros tempos, fiel à regra e a Dom Bosco, reto, zeloso, firme e compreensivo, era o Patriarca do Instituto de Alassio.

P. José Pentore

* em Viarigi (Asti-Itália) 10-8-1877, † em Pinerolo (Turim) 9-9-1973 com 96 anos, 79 de profissão, 71 de sacerdócio. Foi Diretor por 10 anos.

Quando tinha 8 anos, encontrou-se com Dom Bosco e bastou-lhe o olhar bondoso e penetrante do santo para conquistá-lo para a causa salesiana, à qual dedicou toda a sua vida, desde o longínquo ano de 1886 até à etapa do 71.º ano de sacerdócio.

Ordenado de sacerdote em Parma, exerceu a atividade de professor e educador em várias casas, fazendo da escola sua vida e paixão. Dedicou os últimos anos aos Noviços, dos quais foi confessor e amigo com um coração sempre jovem.

Amava a vida, que viveu com jovialidade, com tenacidade piemontesa, com beleza sobrenatural. Teve o dom da palavra fácil e persuasiva. De Dom Bosco teve o espírito sempre jovem, o fervor mariano, o amor à Eucaristia, e à confissão, que considerava as alavancas poderosas da formação da juventude.

Cl. Sbigniewo Pranczk

* em Kartuzy (Polónia) 14-1-1951 † em Palowo (Polónia) 23-12-1973 com 22 anos, 4 de profissão.

Demonstrou grande zelo no apostolado entre os meninos, particularmente os coroinhas e os oratorianos, que lhe correspondiam com muito afeto. Perdeu a vida em acidente de trânsito ao retornar de uma igreja aonde fora para preparar a festa de Natal. Era esperança promissora, mas Nosso Senhor o achou maduro para o céu.

P. Juliano Prieto (Rodríguez)

* em Barruecopardo (Ciudad Rodrigo-Espanha) 9-1-1906, † em Málaga (Espanha) 17-9-1973 com 67 anos, 51 de profissão e 41 de sacerdócio.

Demonstrou grande habilidade no dirigir a economia das comunidades nas quais trabalhou, prevendo como ecônomo às necessidades de todos com verdadeiro amor. Foi promotor cheio de zelo das vocações, que andou recrutando por longos anos e não poucos sacrifícios, nas cidades da sua província de Salamanca.. Sempre obediente e disponível à vontade de Deus, tinha sincero amor a Maria Auxiliadora e a Dom Bosco.

P. Miguel Redmond

* em Liverpool (Lancashire,-Inglaterra) 26-11-1904 † em Cheam (Inglaterra) 14-1-1974 com 69 anos, 47 de profissão e 38 de sacerdócio.

Partiu como aspirante para a Argentina, onde depois do noviciado, passou dez anos. Por motivos de saúde teve que voltar à pátria e por mais de trinta anos a doença o condenou à inação. De piedade sincera e modos gentis, durante os últimos dois anos o seu maior conforto foi poder concelebrar cotidianamente com os seus confrades.

Coad. Santo C. Resmini

* em Castel Rozzone (Bergamo-Itália) 2-11-1890 † em Catânia (Itália) 24-1-1974, com 83 anos, 61 de profissão.

Exerceu o apostolado nos orfanatos de Marsala e Palermo (Santa Chiara) Depois por 45 anos a fio em Catânia Barreira, como hábil alfaiate e adido à administração. Já maduro de idade foi Delegado dos Ex-alunos da florescente União do Instituto. De trato nobre, palavra persuasiva, a profunda alegria salesiana que transparecia das suas atitudes fez dele verdadeiro amigo espiritual dos meninos e dos Ex-alunos.

P. C. João Riva

* em Galbiate (Como-Itália) 24-11-1903 † em Garate (Itália) 26-9-1973 com 69 anos, 41 de profissão e 33 de sacerdócio.

Entrou já adulto na congregação, depois de valiosa participação durante anos, como leigo, na vida da sua paróquia em Galbiate. Viveu o seu sacerdócio salesiano desempenhando vários encargos. Longa doença, que sofreu com resignação cristã, preparou-o para o encontro com Deus.

P. Leopoldo Rizzi

* em Cañuelas (Buenos Aires-Argentina) 15-11-1883 † aí, 15-11-1973, com 90 anos, 70 de profissão e 63 de sacerdócio. Foi Diretor por 25 anos.

Precisamente no dia do seu 90.º aniversário natalício foi chamado à casa do Pai. Consagrou sua longa vida aos meninos, de modo particular aos camponeses. Fundou para eles uma escola agrícola em Del Valle e em momentos difíceis deu novo impulso à de Uribelarrea. A fé profunda que o animava era a causa do seu otimismo e da sua coragem em tantas iniciativas. Muitos camponeses são-lhe devedores da fé e bem-estar.

P. André Russel

* em Londres (Inglaterra) 19-11-1907 † em Farnborough (Inglaterra) 10-12-1973, com 66 anos, 47 de profissão e 33 de sacerdócio.

Exerceu a atividade salesiana, toda a vida, como professor, demonstrando grande adesão ao sistema preventivo de Dom Bosco.

Trabalhador incansável e de grande zelo apostólico, até quase duas semanas antes da morte, foi sempre pontual no seu posto em meio aos meninos.

P. João Rutkoski

* em Du Bois (Pennsylvania-USA) 15-10-1907 † em Richmond (NSW-Austrália) 2-12-1973, com 66 anos, de profissão e 29 de sacerdócio.

Ordenado de sacerdote aos 37 anos, em 1951 foi transferido para as Filipinas e dois anos depois para a Austrália, onde trabalhou com zelo em prol dos emigrados poloneses. Depois de dois anos de permanência no hospital, assistido pelos irmãos com muito carinho, morreu serenamente e foi sepultado no cemitério da primeira casa salesiana da Austrália, Sunbury, na presença comovida de muitos dos seus amigos poloneses, alguns dos quais vieram de mais de mil quilômetros de distância.

P. Guido Sbernini

* em Sabbionetta (Mântua-Itália) 9-7-1890 † em Chiari (Brescia-Itália) 6-1-1973, com 82 anos, 65 de profissão e 52 de sacerdócio. Foi Diretor por 27 anos.

Despendeu sua vida em trabalho humilde e constante a favor dos jovens, que eram a sua paixão. Expansivo e cordial, entretinha-os com uma série inesgotável de episódios e recordações referentes a figuras tradicionais de salesianos, das quais punha em relevo características e virtudes positivas. Durante o período da guerra 1940-1945, prodigalizou-se socorrendo, ajudando e salvando quantos pode durante os bombardeios. Não poucos lhe devem a vida.

P. Miguel Scheid

* em Militerkeruth (Alemanha) 10-4-1914 † em Schwandorf (Alemanha) 7-12-191973 com 39 de profissão e 25 de sacerdócio.

Passou muitos anos servindo durante a guerra e como prisioneiro; empenhou-se depois em trabalhos apostólicos de catequista e professor em nossas escolas profissionais com grande espírito de sacrifício.. Tinha dotes e inclinações para as artes liberais, que fizeram dele mestre especializado e que dificilmente será esquecido.

P. Tomás Selvam

* em Poomanur-Salem (Madrasta-Índia) 4-7-1920 † em Pannur (Tamil Nader-Índia) 8-11-1973 com 53 anos 19 de profissão, 28 de sacerdócio. Foi Diretor por 6 anos.

Estudou e se ordenou de sacerdote no seminário diocesano. Começou o seu apostolado como vice-pároco. Para melhor se dedicar à juventude entrou na Congregação Salesiana. Bem preparado que era, fez-se estimar por alunos e fiéis. Morreu improvisamente. Tinha pregado um retiro e no dia seguinte retomara as aulas. A morte o surpreendeu à mesa, enquanto jantava. Mas estava pronto para a vinda de Nosso Senhor.

Coad. Italo Signorini

* em Cavriglia (Arezzo-Itália) 26-3-1904 † em Alássio (Savona-Itália) 8-3-1973 com 68 anos e 43 de profissão.

Trabalhador incansável, consagrou toda a vida ao apostolado da boa imprensa com humildade e constância. Fiel ao espírito de Dom Bosco, deixa exemplo luminoso de uma existência que doou com generosidade a Deus e ao próximo.

P. José Spigo

* em Verona (Itália) 18-3-1929 † em Turim, 1-2-1974, com 44 anos, 27 de profissão, 17 de sacerdócio.

Nascido em Verona, de família profundamente religiosa, hauriu no vizinho instituto Salesiano o amor a Dom Bosco e à vida Salesiana. Seu ideal foi trabalhar em meio à juventude com estilo bom e sempre jovem. Convocado para o Centro Catequético de Leumann como colaborador no setor de audiovisuais, continuou a dar aos meninos todo o seu tempo livre e as suas férias, tornando-se a alma de suas atividades desportivas, musicais e recreativas. Soube ir ao encontro de Nosso Senhor com ânimo sereno e forte, fazendo de sua juventude generoso holocausto a Deus.

P. Miecislau Szczesny

* em Aleksandrów Kujawski (Polónia) 11-10-1909 † em Gdansk (Polónia) 26-12-1973, com 64 anos, 48 de profissão e 39 de sacerdócio. Foi Diretor por 22 anos.

Piedade sincera e cheia de alegria, inteligência não comum, caráter sempre alegre, disponibilidade aberta a qualquer obediência formavam

o perfil característico da sua personalidade. Como diretor sabia criar na casa uma alegre atmosfera de família, exuberante de entusiasmo e de empenho no trabalho. Fez frutificar a sua excepcional habilidade de pregador, muitas vezes com sacrifício, em muitos retiros e conferências para confrades, para leigos e para sacerdotes diocesanos.

P. Francisco Wypler

* em Kochlowice (Polônia) 29-9-1895 † em Rumia (Polônia) 10-7-1973 com 77 anos, 48 de profissão e 40 de sacerdócio.

Pôs o seu sacerdócio a serviço das almas ensinando o catecismo nas escolas elementares e depois por muitos anos como pároco e confessor rico de experiências e procurado. Perfeita observância religiosa, otimismo sadio, indulgência face às fraquezas humanas, trabalho sacrificado e constante caracterizaram-no como ótimo filho de Dom Bosco.

P. Guilherme Zanuso

* em Ronco all'Adige (Verona-Itália) 25-6-1915 † em Cison di Valmarino (Treviso-Itália) 15-11-1973 com 58 anos, 38 de profissão, 29 de sacerdócio.

Em Veneza, onde foi pároco por 16 anos, e em Cison, onde foi apreciado diretor espiritual e pregador, deu testemunho do amor fraterno que vivera já em família, e manifestou o anseio da união comunitária. Característica sua foi a “alegria de ser sempre amigo de todos”; todos lhe pagaram amor com amor. Os graves sofrimentos dos últimos dias transformaram-lhe o leito em cátedra de fé e oblação espiritual.

P. Luis Zeitler

* em Lohr am Main (Alemanha) 21-6-1914 † em Augsburg (Alemanha) 31-10-1973 com 59 anos, 39 de profissão e 32 de sacerdócio.

Da sua vida como sacerdote e salesiano lembramos o inesgotável bom humor, o amor ao canto e grande dedicação à juventude. A morte foi para ele libertação de grave doença renal e do diabetes; morte que se deu de maneira singular: passeava com sua irmã nas vizinhanças do instituto salesiano, quando ambos foram vítimas de ataque apoplético que em poucos minutos os levou à Casa do Pai.

1.º elenco 1974

- 1 Sac. AVERBEKE VAN CARLOS † Tournai (Bélgica) 1973 com 70 a.
- 2 Sac. BABIRAK JÚLIO † Pannonhalma (Hungria) 1974 com 84 a.
- 3 Sac. BARBANTI ALBERTO † Módena (Itália) 1973 com 59 a.
- 4 Coad. BERNI EMÍDIO † Maggiano (Lucca-Itália) 1973 com 54 a.
- 5 Dom BORGATTI JOSÉ † Viedma (Argentina) 1973 com 82 a., e foi por 20 a. Bispo de Viedma.
- 6 Sac. BORSANI MÁRIO † Maroggia (Tic. Suíça) 1973 com 61 a.
- 7 Sac. BOTH FRANCISCO † Turim (Itália) 1974 com 52 a.
- 8 Coad. BROGLIATO LOURENÇO † Verona (Itália) 1973 com 55 a.
- 9 Sac. CAON FÉLIX † Albarè de Costermano (Verona-Itália) 1973 com 81 a.
- 10 Sac. CHODANINEK BRONISLAU † Kisziniew-Moldávia (URSS) 1973 com 63 a.
- 11 Sac. CILLIS ROCCO † Napoles (Itália) 1973 com 62 a.
- 12 Sac. COLOMBO JOÃO † Milão (Itália) 1973 com 69 a.
- 13 Sac. DOLEZAL VENCESLAU † São Salvador (El Salvador, C.A.) 1973 com 66 a.
- 14 Sac. FRANCOY MAXIMILIANO † Madri (Espanha) 1974 com 60 a.
- 15 Sac. FUEYO ISIDORO † Buenos Aires (Argentina) 1973 com 71 a.
- 16 Sac. GARBIN PEDRO † Forlí (Itália) 1973 com 67 a.
- 17 Sac. GAREGNANI FELIPE † Somma Lombardo (Varese-Itália) 1973 com 70 a.
- 18 Sac. GHIgliENO MÁRIO † Cúneo (Itália) 1974 com 88 a.
- 19 Coad. GIL CONSTANTINO † Lodz (Polónia) 1973 com 76 a.
- 20 Sac. GODARD FRANCISCO † Genebra (Suíça) 1973 com 56 a.
- 21 Coad. GUBITTA BENJAMIM † Legnago (Verona-Itália) 1973 com 58 a.
- 22 Sac. KRZYZANOWSKI VOJTECHO † Sokolow Podlaski (Polónia) 1973 com 39 a.
- 23 Sac. LAZZARONI ATÍLIO † Loreto (Ancona-Itália) 1973 com 87 a.
- 24 Sac. LUCIONI EDMUNDO † Varese (Itália) 1973 com 76 a.

- 25 Coad. MAROGNA SANTO † Verona (Itália) 1973 com 43 a.
- 26 Cl. MARTINEZ GERMANO † Ipswich (USA) 1973 com 25 a.
- 27 Sac. MASCARINO JOSÉ † Turim (Itália) 1973 com 84 a.
- 28 Sac. MUSANTE TIAGO (Santiago) † São Luís (Argentina) 1973 com 75 a.
- 29 Sac. OLDANO LUÍS † Alássio (Savona-Itália) 1973 com 90 a.
- 30 Sac. PENTORE JOSÉ † Pinerolo (Turim-Itália) 1973 com 96 a.
- 31 Cl. PRANCZK SBIGNIEVO † Palowo (Polónia) 1973 com 23 a.
- 32 Sac. PRIETO JULIANO † Málaga (Espanha) 1973 com 67 a.
- 33 Sac. REDMOND MIGUEL † Cheam (Inglaterra) 1974 com 69 a..
- 34 Coad. RESMINI SANTO C. † Catânia (Itália) 1974 com 83 a.
- 35 Sac. RIVA JOÃO † Carate (Milão-Itália) 1973 com 69 a.
- 36 Sac. RIZZI LEOPOLDO † Buenos Aires (Argentina) 1973 com 90 a.
- 37 Sac. RUSSEL ANDRÉ † Farnborough (Inglaterra) 1973 com 66 a.
- 38 Sac. RUTKOWSKI JOAO † Richmond (NSW-Austrália) 1973 com 66 a.
- 39 Sac. SALZANO VICENTE † São Justo (Argentina) 29.9.1973 com 74 a..
- 40 Sac. SBERNINI GUIDO † Chiari (Bréscia-Itália) 1973 com 82 a.
- 41 Sac. SCHEID MIGUEL † Schwandorf (Alemanha) 1973 com 59 a.
- 42 Sac. SELVAM TOMÁS † Pannur (Tamil Nadu-India) 1973 com 53 a.
- 43 Coad. SIGNORINI ITALO † ALÁSSIO (Savona-Itália) 1973 com 68 a.
- 44 Sac. SPIGO JOSÉ † Turim (Itália) 1974 com 44 a.
- 45 Sac. SZCZESNY MIECISLAU † Gdansk (Polónia) 1973 com 64 a.
- 46 Sac. WYPLER FRANCISCO † Rúrnia (Polónia) 1973 com 77 a.
- 47 Sac. ZANUSO GUILHERME † Cison di Valmarino (Treviso-Itália) 1973 com 58 a.
- 48 Sac. ZEITLER LUÍS † Augsburg (Alemanha) 1973 com 59 a.